

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CLEVERTON LUIZ PEREIRA

**DESPESA ORÇAMENTÁRIA, CICLOS POLÍTICOS E CRESCIMENTO
ECONÔMICO: UMA ANÁLISE PARA AS CAPITAIS BRASILEIRAS**

CURITIBA

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CLEVERTON LUIZ PEREIRA

**DESPESA ORÇAMENTÁRIA, CICLOS POLÍTICOS E CRESCIMENTO
ECONÔMICO: UMA ANÁLISE PARA AS CAPITAIS BRASILEIRAS**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito básico a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Motta Correia

CURITIBA

2015

TERMO DE APROVAÇÃO

CLEVERTON LUIZ PEREIRA

DESPESA ORÇAMENTÁRIA, CICLOS POLÍTICOS E CRESCIMENTO ECONÔMICO: UMA ANÁLISE PARA AS CAPITAIS BRASILEIRAS

Monografia aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr. FERNANDO MOTTA CORREIA

Setor de Ciências Sociais Aplicadas

Universidade Federal do Paraná

Profa. Dra. Daiane Aquino

Setor de Ciências Sociais Aplicadas

Universidade Federal do Paraná

Prof. Dr. José Guilherme Silva Vieira

Setor de Ciências Sociais Aplicadas

Universidade Federal do Paraná

Curitiba, 04 de Dezembro de 2015

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar o comportamento e a alocação dos principais gastos públicos nas capitais brasileiras. O referencial teórico provem de duas frentes de discussão. A primeira propõe que o gasto público é influenciado, de alguma maneira, pelo crescimento da econômica. A segunda frente apresenta que tais gastos possuem influência dos chamados ciclos econômicos. E a conclusão que se chega é que um município não pode levar em conta somente sua região, somente seu PIB ou somente o tamanho de sua população para planejar seus gastos. É preciso que mais de um desses fatores sejam considerados para segmentar um plano de dispêndios e, em alguns casos, as três esferas devem ser levadas em conta. E que, além disso, há evidência de ciclos políticos em algumas capitais brasileiras, mostrando que, de alguma forma, as políticas fiscais são ajustadas não só de acordo com os interesses da população, mas também a interesses particulares, como, por exemplo, maximização de votos.

SUMÁRIO

1 Introdução.....	06
2 Revisão da Literatura.....	07
2.1 Crescimento e Gastos Públicos.....	08
2.2 A Teoria dos Ciclos Políticos Econômicos a os Gastos Públicos.....	14
3 Análise dos Gastos Públicos nas Capitais Brasileiras.....	23
3.1 Metodologia	23
3.2 Gastos em Assistência e Previdência, por tamanho da População.....	24
3.3 Gastos em Assistência e Previdência, por tamanho do PIB.....	27
3.4 Gastos em Assistência e Previdência, por Região.....	29
3.5 Gastos em Habitação e Urbanismo, por Tamanho da População	31
3.6 Gastos em Habitação e Urbanismo, por Tamanho do PIB	34
3.7 Gastos em Habitação e Urbanismo, por Região	36
3.8 Gastos em Educação e Cultura, por Tamanho da População	38
3.9 Gastos em Educação e Cultura, por Tamanho do PIB	40
3.10 Gastos em Educação e Cultura, por Região	42
3.11 Gastos em Saúde e Saneamento, por Tamanho da População.....	45
3.12 Gastos em Saúde e Saneamento, por Tamanho do PIB.....	48
3.13 Gastos em Saúde e Saneamento, por Região.....	51
3.14 Tabela Resumo dos principais resultados, por rubrica e subdivisões.....	53
4 Conclusões.....	55
Referências.....	57

1 Introdução

O Plano Plurianual é uma ferramenta que propõe organizar e viabilizar as ações públicas, para que sejam cumpridas as metas e ideais da República. Com este plano são estabelecidas as políticas públicas de quatro anos, assim como o trajeto para lograr as metas pré-estabelecidas. Outros dois personagens aparecem com características parecidas e/ou relacionadas ao Plano Plurianual: Lei Orçamentária Anual e Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Para que se possa planejar e moderar tais aspectos é essencial que existam parâmetros auxiliares. Afinal, como uma entidade poderá cravar suas metas, e meios para conquista-las, sem que faça um paralelo, sem que tenha um ponto de partida?

Daí, então, surge a ideia do presente trabalho, com o objetivo de analisar o comportamento e a alocação dos principais gastos públicos nas capitais brasileiras.

Atualmente existem duas frentes de discussão sobre os impactos e influências para com o gasto público. Uma delas prega que as despesas públicas têm relação com o crescimento econômico, seja essa relação negativa ou positiva. E a outra frente apresenta que os dispêndios das entidades governamentais, na verdade, estão relacionados aos ciclos políticos, ou seja, tais gastos acontecem por que existem eleições por vir, por que alguém ou algum partido quer manter-se no poder e que, talvez, os eleitores sejam manipulados.

Para atingir o objetivo do presente estudo foram analisadas quatro rubricas (Saúde e Saneamento, Educação e Cultura, Habitação Urbanismo e Assistência e Previdência), as quais foram verificadas quanto à sua participação com relação aos gastos totais das capitais brasileiras.

O trabalho divide-se, após esse trecho introdutório, em Revisão da Literatura, Análise e, por fim, Conclusão, onde serão apresentados os principais resultados.

2 Revisão da Literatura

O impacto da política fiscal sobre o desenvolvimento da economia ressalta-se na área de finanças públicas não apenas pelas ideias de que os elevados custos dos impostos trazem grandes obstáculos ao crescimento mas também pelo fato de considerar que para o desenvolvimento da economia sejam precisos mecanismos mantenedores da oferta de bens públicos, impulsionadores de externalidades positivas, encorajando o investimento, disponibilizando um ambiente mais propício ao desenvolvimento.

Um dos principais instrumentos de ação do governo na política fiscal é o gasto público, afinal é através dele que são estabelecidas prioridades na provisão de serviços realizados futuramente.

Sendo assim, surge a curiosidade e a necessidade de analisar, avaliar, julgar e criticar as diversas maneiras que as políticas fiscais são elaboradas e executadas, ou até mesmo perceber como os gastos públicos são alocados. Autores brasileiros e de outros países pressupõe que certamente existe relação entre gasto público e crescimento. Porém alguns pressupõe resultados negativos, outros acreditam que os resultados sejam positivos e outros creem num impacto insignificante, de que não exista influência de tais ações no crescimento ou encolhimento da economia.

Outros autores visualizam o gasto público de outra maneira, relacionam tais despesas com os ciclos políticos. A indagação que surge é se há influência por parte de eleições na despesa orçamentária. E, caso haja, se tal impacto está

relacionado à intenção de maximização de votos, defesa de interesses particulares, permanência no poder de um partido ou algum político.

O trabalho faz uso dos dois aprontamentos teóricos: no primeiro grupo, uma literatura que associa a relação entre gastos públicos e crescimento e o segundo que busca entender o efeito dos ciclos políticos econômicos na alocação dos gastos.

Além da importância dos gastos públicos na promoção do desenvolvimento econômico, entender o comportamento ou a forma como os gastos públicos são alocados é de fundamental importância na determinação do planejamento orçamentário. No caso do Brasil, os instrumentos de planejamento orçamentário, como o Plano Plurianual, exigem que os gestores públicos estabeleçam previsões de gastos, de modo que o padrão de gastos não diverja quando comparado aos diferentes entes federativos, como por exemplo, entre as capitais brasileiras.

2.1 Crescimento e Gastos Públicos

Lledó e Ferreira (1997) analisa os efeitos de políticas fiscais no desenvolvimento econômico dos Estados. Encontram que as cargas tributárias mais elevadas podem afetar o crescimento de duas maneiras diferentes: estimula-se o crescimento pois aumenta-se os investimentos públicos; porém o crescimento diminui quando a taxa de retorno líquida dos investimentos cai.

Empiricamente tentou-se analisar elementos particulares do gasto do governo com a produtividade do setor privado e desenvolvimento da economia. Tendo como base a produtividade dos gastos públicos dos EUA Aschauer (1989), Morrison e Schwartz (1991) e Holtz-Eakin (1991) debruçaram-se sobre modelos teóricos. Já o estudo de Devarajan et al. (1996) se difere pelo fato de haver feito a análise de países em desenvolvimento.

Barro, Aschauer e Greenwood (1985) e demais estudiosos tiveram como base a função utilidade dos bens e serviços públicos e aqueles complementares à produção do setor privado. Neste caso os bens e serviços públicos teriam efeitos negativos sobre o crescimento. Afinal, mesmo que haja provisão para as famílias, existem os impostos mais altos que são utilizados no financiamento. Os impostos mais altos diminuem os retornos dos investimentos privados, o incentivo a investir e, dessa forma, o crescimento. O que é confirmado em outro estudo, Grier e Tullock (1989): relação negativa e estatisticamente significativa entre a taxa de crescimento real do produto e a participação do consumo do governo no produto interno bruto. E, contrário a isso, os dispêndios com investimento geram um ambiente estimulador do crescimento.

Aschauer (1989) desenvolve que há relação positiva entre investimento público, crescimento econômico e produtividade do setor privado no EUA. Kormendi e Meguire (1985) encontram uma relação negativa entre gasto público e crescimento econômico. E em outro estudo encontram efeito nulo entre despesa do governo e crescimento.

Easterly e Rebelo (1993) concluem que se o governo de um país em desenvolvimento investir em transporte e comunicação, terá um crescimento econômico. Kneller et al. (1999) concluem que gastos produtivos estimulam o crescimento e os não produtivos têm efeito oposto.

Ao classificar os gastos alguns autores discordam entre si. Defesa e comunicação, por exemplo, são classificados como gastos do governo improdutivo por alguns estudiosos: Kormendi e Meguire (1985), Grier e Tullock (1989) e Summers e Heston (1988). Já Barro (1991) considera os mesmos gastos como produtivos, afinal tais gastos representam investir em capital humano. Barro

(1991) encontra que ao aumentar os recursos direcionados ao gasto improdutivo acarretará numa taxa de crescimento per capita menor.

Devarajan et al. (1996) estudam os países em desenvolvimento e buscam delimitar quais elementos dos gastos públicos são produtivos ou improdutivos. A pesquisa desenvolve que os gastos usualmente chamados produtivos podem tornar-se improdutivos se feitos em demasia (gastos com capital, transporte, comunicação, saúde e educação).

Devarajan et alii (1996) e Ghosh e Gregoriou (2008) argumentam que os gastos de capital têm de ser antepostos pelos países desenvolvidos. Barro (1991) afirma que os gastos de capital favorecem o crescimento enquanto que os gastos correntes trazem efeitos contrários. E Easterly e Rebelo (1993) afirmam o mesmo que Barro (1991) para os gastos de capital, mas para os países em desenvolvimento.

Para Arrow e Kurz (1970), que comparam os gastos públicos e o crescimento econômico em um modelo de tradição neoclássica, os gastos públicos impactam somente na velocidade de transição e não no nível de estado estacionário.

Para o estudo de Kneller; Bleaney e Gemmel (1999, 2001) os gastos produtivos (serviços públicos, educação, saúde, defesa, habitação, transporte e comunicação) estimulam o crescimento e os improdutivos (previdência e assistência social, recreação e serviços econômicos) têm efeitos negativos.

Gupta et alii (2005) observam que uma redução no gasto corrente é capaz de aumentar o crescimento de países com baixa renda. Tal conceito é contradito em outros estudos: Devarajan et alii (1996) e Ghosh e Gregoriou (2008). Para esses a constatação de Gupta et alii (2005) serve somente para países desenvolvidos.

Chen (2006) buscou uma composição ótima para maximizar o crescimento através dos gastos. Encontrou que ao aumentar o investimento público tem-se um aumento do crescimento, afinal a utilidade marginal do consumo privado relacionada ao consumo público aumenta.

Para Bose et alii (2007) o crescimento econômico é afetado de maneira positiva pelos gastos de capital por parte do governo. E que não há impacto proveniente dos gastos correntes. No âmbito setorial, investimento e gastos em educação têm impacto positivo no crescimento da nação.

Dois estudos no Brasil, Ferreira (1996) e Ferreira e Mallia-gros (1998), encontram que no longo prazo o investimento em infraestrutura para com o crescimento da economia possui caráter positivo. Os elementos analisados foram as telecomunicações, energia elétrica, portos, setor marítimo, ferrovias e rodovias.

Cândido Jr. (2001) ao analisar os impactos dos gastos públicos agregados sobre o crescimento econômico encontra uma relação negativa quando o conceito menos abrangente de gasto público é utilizado (consumo e transferências, sem os investimentos das administrações públicas). Mas essa relação passa a ser positiva quando adicionado o investimento.

Herrera e Blanco (2004) analisam tanto no curto quanto no longo prazo a influência da política fiscal sobre a economia. Para o curto prazo encontram que o capital privado possui maior influência do que o capital público, que os gastos do governo possuem impacto neutro e que os impostos impactam de maneira negativa no PIB. Já no longo prazo os papéis se invertem: a elasticidade-renda do estoque de capital público é maior do que a do setor privado; os impostos impactam de maneira negativa e expressiva no PIB; despesas em consumo e previdência social possuem impacto neutro e os subsídios impactam negativamente no PIB.

Mazoni (2005) também investiga os resultados da política fiscal sobre a economia. Divide gastos públicos em consumo e investimento, e também levando em consideração o investimento privado. Encontra que os gastos públicos impactam de duas maneiras: diretamente e, indiretamente através do investimento privado. Conclui-se que há relação de longo prazo negativa entre gastos em consumo do governo e o produto; relação positiva entre investimento público e produto; e o investimento privado possui efeito positivo sobre o PIB.

Rocha e Giuberti (2005) encontram que o crescimento econômico é afetado de maneira positiva pelos gastos de capital e de forma negativa pelos gastos correntes. E que existe um limite para que os gastos correntes impactem de maneira positiva, tal valor seria até 61% do total do orçamento. Caso ultrapasse essa quantidade haverá efeito desestimulador.

De maneira geral a literatura que relaciona gastos públicos e crescimento econômico aponta para uma relação positiva entre os gastos com capital e gastos correntes e o crescimento econômico. Porém, para os gastos em consumo, existem determinados limites de dispêndio para que os mesmos sejam propulsores do crescimento econômico. Não diferentemente, gastos com capital possuem determinado limite, mesmo que na maioria dos casos esse limite não seja alcançado. E, se, para ambas variáveis o limite for extrapolado haverá desestímulo ao crescimento econômico.

É clara uma forte necessidade de reorientação na composição dos gastos direcionada ao investimento. O motivo seria a sua relação positiva, que estimula o aumento do produto. E seria mais eficiente cortar gastos em consumo do que cortar gastos direcionados ao investimento.

Contudo, os melhores resultados de todas essas ações são provenientes de políticas mais transparentes e organizadas. Com isso a execução orçamentária é

capaz de produzir melhores resultados. Ou seja, ao alocar o gasto público de uma maneira mais eficiente tem-se como resultado externalidades positivas sobre o nível da atividade econômica, sobre a distribuição de renda e o crescimento da economia.

As seguintes variáveis possuem caráter significativo na promoção do crescimento: Assistência e Previdência Social, Saúde e Saneamento, Educação e Cultura, Segurança Pública, Urbanismo e Habitação, Legislativo, Administração e Planejamento. Da mesma forma que anos de escolaridade e expectativa de vida impactam da mesma maneira.

E, contrariamente, renda inicial, desigualdade de renda e violência impactam de maneira negativa no crescimento. Uma solução para tais problemas aparecem ao promover políticas públicas capazes de melhorar o desempenho dessas variáveis que possuem ação desestimuladora.

Para os municípios de renda per capita abaixo da linha da pobreza é mais simples estimular o crescimento econômico após um aumento nas despesas correntes, quando comparados aos municípios de renda acima da linha da pobreza.

A política fiscal é uma das principais ferramentas em poder do governo e ela é capaz de, de alguma maneira, promover melhorias para a sociedade, para as pessoas. Isso ocorre através do crescimento da economia ou num avanço na distribuição de renda, por exemplo.

Sendo assim, um governo pode ter instrumentos capazes de gerar crescimento da renda per capita e maior conforto (bem estar) à sociedade. Tal ferramenta seria a política fiscal. Porém, existem inclinações alternativas ao alocar recursos públicos, que impactam na produtividade dos gastos. Tem-se, então, de levar em conta o nível de renda per capita do município em questão para que se

possa decidir sobre o tipo de política de gastos públicos. Só assim, ponderando tais especificidades, seria possível encontrar uma composição ótima para os referidos gastos. Tal ato resultaria na escolha de uma alocação de gastos capaz de promover maiores níveis de crescimento econômico.

2.2 A Teoria dos Ciclos Políticos Econômicos e os Gastos Públicos

As discussões anteriores buscam saber se existe e qual é a influência das políticas fiscais sobre o crescimento da economia. Todas as literaturas acreditam que realmente exista impacto das políticas fiscais no crescimento da economia. Sendo assim, pode-se selar o tema afirmando que as relações podem ser positivas, negativas ou neutras. Tudo depende da qualidade de planejamento e da eficiência de aplicação das ideias.

Passa-se agora para uma discussão relacionada ao tema, contanto mais aprofundada: o crescimento econômico pode ser afetado, através de políticas fiscais, pelos ciclos políticos? Ou seja, os gastos do governo são influenciados por eleições que estão por vir? Existem interesses particulares ao despender mais em saúde do que em transporte, por exemplo? São indagações desse gênero que serão tratadas nessa parte.

Downs (1957) apresenta que partidos democráticos atuam de maneira racional a fim de maximizar seu desempenho político-eleitoral. Tal comportamento seria análogo ao do empresário que busca maximizar seus lucros. Sendo assim, a meta do governo, antes de qualquer coisa, seria maximizar votos e manter-se no poder (levando em conta somente aquilo que viria a influenciar as escolhas dos eleitores). Além disso, os eleitores possuem comportamento racional, inclinados aos partidos com melhor desempenho. Aquele partido no governo possui maior visibilidade e pode apresentar mais resultados. Para o autor os eleitores levam em

consideração as ações e o desempenho passados do partido. Já para Key Jr. (1966) os eleitores não levam em considerações as ações passadas e sim as recentes. Esses dois pontos de vista aparentam ser o estopim das discussões subsequentes sobre o tema ciclos políticos.

Alguns importantes autores: Nardhaus (1975), MacRae (1977) e Tufte (1978). Os trabalhos desses autores apresentam que, de certa forma, ao estarem no poder os partidos e/ou políticos utilizam de todos os meios que disponibilizam a fim de assegurar a reeleição, deixando de lado o que for importante para os eleitores e o bem estar da sociedade.

Para Nardhaus (1975) o governo, antes das eleições, estimula a demanda agregada reduzindo significativamente o desemprego e isso ocorre a custo de um leve aumento na inflação. Passado o período eleitoral, há um ajuste das expectativas, gerando um maior aumento da inflação. Os efeitos expansionistas passados são anulados pelo encolhimento da demanda agregada, resultando em uma recessão, que acontece logo depois da eleição.

Nardhaus (1975) afirma que existe um oportunismo político por parte dos partidos, afinal fica evidente a tentativa de maximização dos objetivos político-eleitorais, manter-se no poder.

O autor também aponta que os eleitores são míopes: que possuem memória fraca com relação aos acontecimentos passados e que ao decidirem seus votos levam em consideração o que o partido tem feito durante o período eleitoral, esquecendo o que houve no passado. Sendo assim, os eleitores não entendem o ciclo eleitoral ou o modelo inflação-desemprego. Dado isso, são fáceis de serem enganados/manipulados.

Para MacRae (1977) leva-se em consideração a possibilidade de o eleitor agir de maneira estratégica na hora de decidir seu voto. Dessa maneira, se as

taxas de desemprego e inflação durante o período entre eleições subirem, menor será a taxa de votos para o partido no governo. Sendo assim, supõe-se que existe aversão do eleitor para com desemprego e inflação, e o desafio do governo aparece ao tentar encontrar um ponto ótimo no trade-off de curto prazo entre ambas as variáveis, minimizando a perda de votos. Tendo como base que a miopia do eleitor, o governo teria um ciclo político-eleitoral estável, sendo que no início as taxas seriam mais elevadas e no final seriam reduzidas. Por outro lado, se a ideia da miopia fosse desbancada, esse comportamento do governo com o intuito de minimizar a perda de votos atrelada à racionalidade do eleitor resultaria, no longo prazo, em um arranjo entre inflação e desemprego que representaria o ótimo social.

Já para Tufte (1978) a análise acontece ao questionar os elementos utilizados pelo governo e esses podem promover certo aquecimento da economia no período anterior as eleições. Direciona-se o pensamento para possibilidade de a política fiscal ser utilizada para satisfazer fins eleitorais.

O autor comenta que ajustes de curto prazo na renda real disponível podem resultar num crescimento econômico no período imediatamente anterior a eleição. Tendo isso em vista, o estudo busca verificar a influência exercida pelo governo sobre certos elementos da política fiscal que podem virar meios para objetivar interesses eleitorais particulares, sendo essa a característica principal dos ciclos políticos.

O Modelos Partidários também abordam os ciclos políticos levando em consideração o trade-off inflação-desemprego, porém incluem a ideia de que flutuações cíclicas, estimuladas por elementos políticos, assumem tendências diversas quando as metas e características específicas dos partido políticos são levadas em consideração.

As bases dessas considerações são apresentadas em Hibbs (1977 e 1987), onde observa-se a relação entre o desempenho macroeconômico das economias capitalistas avançadas no pós-guerra e os governos denominados de esquerda e de direita. Nessa situação o governo se vê forçado a optar por metas de política econômica alternativa ou estimular a demanda agregada e diminuir o desemprego, aumentando a inflação. O autor demonstra que o contraste existente entre os países, conservadores ou não, acaba apresentando resultados divergentes, o que implica numa conotação partidária da política macroeconômica.

Levando em conta a hierarquia das classes sociais, os partidos políticos aparecem com diferentes identidades e inclinações (progressistas e conservadores, por exemplo). E é dessa ideia de especificidades que resultam diferentes metas de política macroeconômica, cada uma inclinada à sua base de interesses político-eleitorais.

Hibbs (1997) tendo como base uma pesquisa, Kirschen et alii (1964), aponta a expressiva inversão de interesses quando o poder migra de um partido de esquerda para um partido de direita (cada partido prioriza aquilo que lhe é de maior interesse).

Sendo assim, tem-se que a posição econômica está diretamente ligada aos interesses político-econômicos do partido no poder, que são inclinados pelos interesses dos grupos sociais politicamente mantenedores dos mesmos.

Beck (1982), de maneira geral concorda com os apontamentos de Hibbs, porém traz que a relação entre política partidária e taxa de desemprego nos EUA não é tão aguda como apontada por Hibbs.

O que difere de uma estudo para o outro é que Beck rejeita a ideia de que as administrações de um partido político tenham comportamento análogo para com o desemprego e acrescenta que o partido não pode ser a melhor variável política

que explique os resultados da economia. Ou seja, seria perfeitamente possível que presidentes de mesmos partidos vivenciassem experiências de governo muito diferentes, ao representarem alianças diferentes em períodos de tempos distintos, tendo resultados diferentes. Isso vale para não se tomar como uma anormalidade o fato de um governo possuir uma postura específica e poder levar em consideração que governos de um mesmo partido podem impactar de maneiras distintas na economia.

Beck (1982) ainda afirma que o estudo de Hibbs abstrai a relevância do setor privado, que por muitas vezes, ajuda a determinar os caminhos seguidos pela economia. Afinal, a atuação política do governo pode ser limitada ou restrita pelos agentes privados, afinal esses últimos formam suas expectativas de maneira racional.

A fundamentação dos modelos racionais aparece ao trazer que a conduta racional do público resulta num entendimento perfeito do meio político-econômico, o que leva, no longo prazo, a uma prevenção quanto às ações e decisões governamentais. Com isso, ao utilizar de maneira deliberada a política econômica com propósitos eleitorais o governo não impactaria de maneira significativa na economia, impossibilitando a manutenção de ciclos políticos duradouros. Já os ciclos de curto prazo parecem ser algo condizente à realidade.

Sargent e Wallace (1975) apresentam que as expectativas sendo formadas de maneira racional resultarão numa manipulação inócua. E, mesmo que quisesse, o governo não teria como utilizar, quando bem entendesse, das variáveis econômicas a fim de produzir os conhecidos “booms”. Acrescenta-se a isso a ideia de Nordhaus (1975) de que o governo depende da ignorância do público para botar em prática tais práticas. E que se houver racionalidade, não haverá perpetuação do

ciclo político. McCallum (1978), versão clássica do modelo, apresenta argumentos semelhantes ao de Sargent e Wallace (1975).

Algumas abordagens incluem a Teoria dos Jogos na análise: Barro e Gordon (1983), Canzoneri (1985), Cuikerman e Meltzer (1986), Backus e Driffill (1985), por exemplo.

Alesina (1987) propõe uma análise da interação de dois partidos, cada um com metas de desemprego e inflação diferentes e as expectativas se formam de maneira racional. O autor apresenta argumentos contrários à teoria convencional, mostrando que nos EUA alguns governos aplicam medidas mais restritivas no início do mandato (republicanos) e, também no início, taxas de inflação mais elevadas (democratas). Para o caso da alternância de poderes o autor enfatiza que, no longo prazo, maiores benefícios podem ser gerados aos partidos ao evitar flutuações no produto e na taxa de inflação. Afinal são feitos elevadíssimos gastos nas migrações de políticas econômicas e tais mudanças talvez não sejam de extrema necessidade.

Rogoff (1987) e Rogoff e Sibert (1988) destacam a importância das informações disponíveis para explicar os ciclos econômicos. Para eles, mesmo que onde existam expectativas formadas pela racionalidade, haverá pouca informação disponível relacionada à competência do governo. Sendo assim, o governo se vê na numa frágil posição e busca adotar medidas (imediatamente anteriores a eleição) macroeconômicas que venham a favorecer sua performance, demonstrando um bom desempenho. A partir disso os autores afirmam que os ciclos podem ser provenientes de uma assimetria temporária das informações disponíveis e que o governo acaba por explorar esse gap em seu favor.

Ao analisar dados de alguns países (1947-1972), Nordhaus (1975) aponta a presença de ciclos políticos sobre a taxa de desemprego nos EUA, Alemanha e

Nova Zelândia. O estudo implica que para os EUA evidencia-se uma queda e, depois, um aumento da taxa de desemprego, depois de vários processos políticos.

Com uma ideia parecida, MacRae (1977) aponta a existência de ciclos políticos sobre inflação e desemprego de quatro eleições para presidente nos EUA. Ele encontra resultados diferentes para hipóteses alternativas, as quais seriam supor que os eleitores são racionais e estratégicos na hora de optar em quem votar ou que são míopes (não votam estrategicamente). MacRae apresenta que do ponto de vista em que os eleitores são míopes nem sempre se pode prever um padrão cíclico da taxa de desemprego e que, contrariamente, o voto estratégico pode explicar de uma melhor maneira o ciclo.

Cada uma com suas especificidades, outras análises suportam e/ou confirmar a ideia de Nordhaus dos ciclos políticos. Alguns exemplos seriam: Tufte (1978), Frey e Schneider (1978), Laney e Willet (1983), Haynes e Stones (1988) e outros.

Outros estudos, porém, vêm com críticas ao suporte dos ideais antes citados. Sheffrin (1989) contesta as evidências empíricas apresentadas por esses estudos e as diz frágeis. Além disso, apresenta um “contraexemplo”, que foi a administração de Carter.

Mas quando as suposições dos modelos clássicos são alteradas e incorporam-se diferentes variáveis é que se evidencia de maneira mais clara a manipulação da economia com interesses políticos e eleitorais.

Apesar de várias análises serem inconclusivas com relação ao impacto das eleições nos resultados de PIB, inflação e desemprego, a composição de análises do ciclo político antes citada suporta que, empiricamente, as variáveis ligadas aos elementos político-econômicos (políticas fiscal e monetária) são mais fáceis de

serem manipuladas e é nesse sentido que os esforços acontecem para objetivar interesses particulares.

Para a concepção brasileira existem duas frentes que debatem os efeitos da política na economia. Uma delas apresenta uma relação de causalidade entre ambos e a outra se enraíza na teoria dos ciclos políticos para explicar as ações que maximizam o apoio político vindo do agente regulador de preços.

Alguns autores apresentam uma relação negativa entre democracia e performance econômica. E o motivo seriam as pressões populares que fomentam políticas de distribuição que não condizem com o investimento necessário para promover crescimento.

Outros estudiosos acreditam ser prejudicial à performance econômica o Estado possuir autonomia. A ideia é que somente quando o público mostra insatisfação que se pode alcançar benefício geral e um regime ditatorial é visto como ineficiente. Porém, como apresentado em Przeworski e Limongi (1993), ambas as ideias podem estar corretas, dependendo das circunstâncias.

Se, por um lado, Rao (1984-85) e Cohen (1985) encontram evidências de prosperidade autoritária para o regime militar, por outro, o estudo de Soares e Silva (1989) ao comparar o regime autoritário e o período pós IIGM não encontra evidências de grandes diferenças entre os regimes e seus desempenhos econômicos.

Em uma diferente abordagem, Paiva (1994) põe em paralelo o desempenho da economia com as eleições, levando em consideração os preços de mercados regulados. Evidencia-se uma estratégia do governo em maximizar seus resultados eleitorais e isso resulta num ciclo de preços regulados. Sua análise mostra que, para os preços de gasolina, os valores foram ajustados abaixo da linha de inflação na maior parte dos anos de eleição. E, logo após o período eleitoral, nove de dez

anos não eleitorais tiveram reajustes com valores acima da taxa de inflação, evidenciando um ciclo político.

Um estudo mais recente para o cenário brasileiro e que usa como base as referências anteriormente citadas chama-se Teoria dos Ciclos Político-Econômicos para Minas Gerais. Analisa-se empiricamente o estado de Minas Gerais e a existência de elementos que comprovem o oportunismo político ao manusearem a política fiscal neste estado. O período de análise é 1981-2002. A base principal do estudo é o estudo de Preussler (2001). Ao analisar, graficamente, o déficit orçamentário e, econometricamente, as receitas e despesas do estado o estudo aponta que nos anos com eleições existe um aumento no déficit fiscal, o que representa oportunismo político.

Este trabalho aponta que no período analisado houve manipulação dos eleitores por parte dos governantes, os quais fizeram tais manobras por meio de políticas fiscais. Evidencia-se o oportunismo político tanto em despesas (maiores antes das eleições) quanto em receitas, as quais foram exploradas como meio fiscal com o intuito de atingir metas político-eleitorais.

E, de acordo com todas as outras literaturas, o pressuposto de que a decisão do eleitor é influenciável por conta do status da economia mostra-se fortemente válido. Sendo assim, tais trabalhos comprovam manipulações das políticas econômicas por parte dos governantes nos períodos eleitorais estudados e que tal manipulação busca a maximização de votos. Outro fato é que tal tipo de manipulação é mais frequente em países menos desenvolvidos e que acontece ao manipular-se variáveis macroeconômicas e elementos da política monetária e/ou fiscal, afinal são fáceis de manipular à vista dos governantes.

Seguindo o raciocínio, tem-se que a variável política e a determinação dos gastos públicos é de extrema importância ao explicar os ciclos econômicos. E que,

tanto o ideal partidário ou o ideal oportunista, parecem concordar que a Teoria dos Ciclos Políticos é válida quando avalia-se a performance político-econômica.

3 Análise dos Gastos Públicos nas Capitais Brasileiras

3.1 Metodologia

A ideia foi extrair os dados de despesas das capitais brasileiras – Brasília foi descartada. Primeiramente utilizou-se o banco de dados IPEADATA, porém o site possuía alguns dados incoerentes e o mesmo foi descartado. Os dados do IPEADATA seriam de extrema ajuda, afinal o site possui uma maneira simples e prática de se extrair os dados. Mas, existindo tal incoerência, os dados foram extraídos do FINBRA, que é uma base de dados mais completa e confiável, porém muito mais trabalhosa.

Os dados de despesas extraídos se referem às rubricas de Saúde e Saneamento, Habitação e Urbanismo, Educação e Cultura, Assistência e Previdência. Os dados de Transporte também foram considerados antes da extração, porém foram descartados pois não havia dados para todos os municípios em todos os anos, impossibilitando uma análise temporal.

Ao levar em consideração todas essas rubricas, buscou-se englobar a maior parte da despesa orçamentária das municípios (cerca de 80%), com o intuito de verificar o impacto na economia. As funções orçamentárias, Saúde e Saneamento por exemplo, foram todas contrapostas à despesa orçamentária para que se pudesse verificar as respectivas participações no total, ou seja, verificou-se o percentual participativo de uma rubrica para com os gastos totais do município analisado.

A relação percentual proveniente do produto “função – despesa orçamentária” foi utilizada na comparação ano-a-ano. Buscou-se verificar as variações do gasto com a as rubricas especificadas.

Para uma comparação mais “justa”, ou parelha, os municípios foram agrupados de acordo com algumas características. Isso ocorreu de três maneiras: pelo tamanho do PIB, pelo tamanho da população e por região.

O período analisado foi 1998 – 2012. Para a divisão pelo PIB e por população tomou-se como base os dados de 2012. E, a partir disso, os municípios foram ordenados.

Dado isso, cada função foi comparada anualmente com a despesa orçamentária e analisada de 3 diferentes formas: pelo PIB, população e região (cada um com cinco gráficos). Dessa análise buscou-se entender qual era a característica que traria os melhores resultados: se era por riqueza, por número de habitantes ou geograficamente.

3.2 Gastos em Assistência e Previdência, por tamanho da População

No quadro 1 apresenta-se o percentual dos Gastos em Assistência e Previdência com relação a Despesa Orçamentária das capitais brasileiras no período 1998 – 2012. A divisão foi feita pelo tamanho da população dos municípios: superior a 5 milhões de habitantes (gráfico 1); entre 2 e 5 milhões de habitantes (gráfico 2); entre 1 e 2 milhões (gráfico 3); entre 500 mil e 1 milhão (gráfico 4); e inferior a 500 mil habitantes (gráfico 5).

No gráfico 1 os dados variam entre 10% e 25%. O gráfico 2 apresenta a variação entre 3% e 17%. No gráfico 3 tal gap ocorre entre cerca de 1% e 23%. O gráfico 4 possui tal intervalo entre 3% e 14%. E, para o último gráfico, 1% e 14%. O maior valor dessa relação aparece no Rio de Janeiro, cerca de 25%.

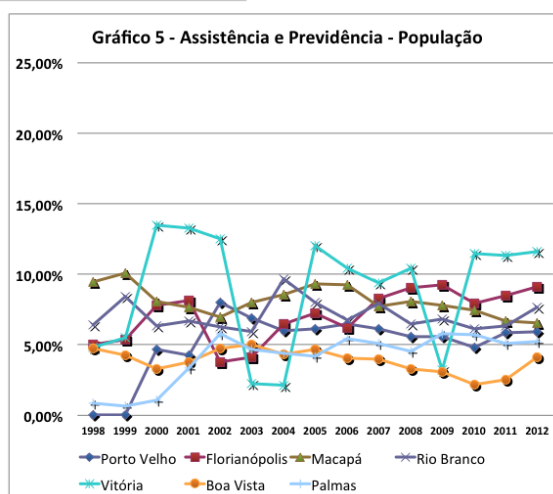
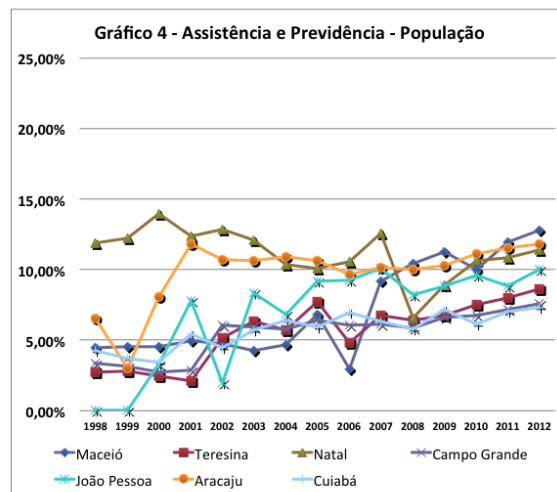
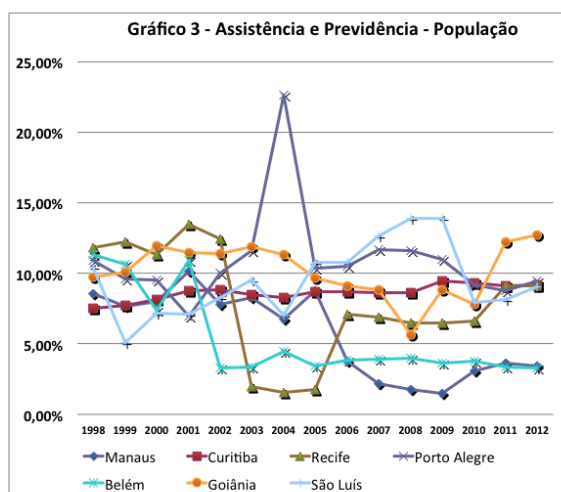
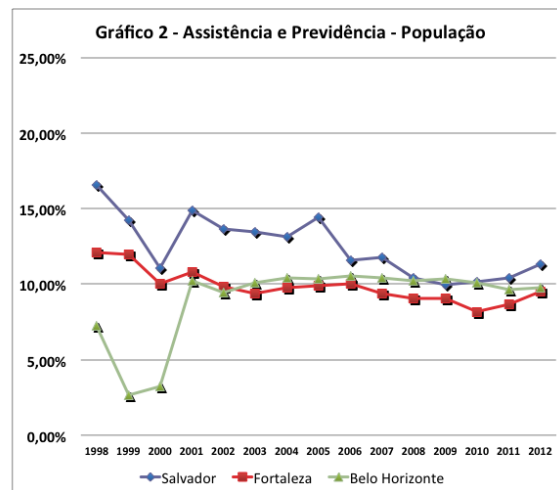
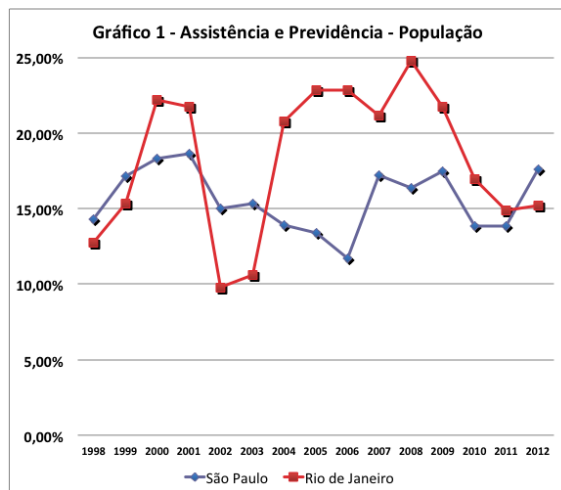
Uma maior disparidade ocorre nos gráficos 3 e 1, ambos com populações superiores a 1 milhão. Ou seja, nesses dois gráficos a diferença entre o maior dispêndio e o menor dispêndio é bem expressiva. Já para os gráficos 4 e 5, com populações inferiores a 1 milhão de habitantes, encontra-se uma maior convergência dos dados. Ou seja, a diferença entre maiores e menores gastos não apresenta-se tão significativa.

No gráfico 1 os dados apresentam tendências cíclicas convergentes. Embora São Paulo possua um comportamento bem menos volátil que a cidade do Rio de Janeiro, suas tendências são cíclicas.

No gráfico 2, antes dos anos 2000 havia certa divergência, mas depois desse período os dados convergem para valores bem próximos, algo em torno de 10%, no fim do período analisado. No gráfico 3 os dados são muito diversos, não evidenciando-se um padrão, apenas Curitiba destaca-se com uma média constante. No gráfico 4 os dados tendem a aumentar sua participação média e, também, diminui o intervalo entre maior e menor gasto para algo entre 8% e 13%. No gráfico 5 observa-se a mesma situação do gráfico 3, sem evidência de padrão e forte divergência.

Um resultado que pode ser extraído dos dados é que no geral os gastos em assistência e previdência não se agrupam de acordo com extratos da população, apenas para as grandes metrópoles nacionais (São Paulo e Rio de Janeiro) e capitais regionais (Salvador, Fortaleza e Belo Horizonte).

Quadro 1: Participação dos Gastos em Assistência e Previdência nas capitais brasileiras no período 1998 – 2012 (% em relação aos Gastos totais por tamanho da população).



Fonte: A partir dos dados do Finbra

3.3 Gastos em Assistência e Previdência, por tamanho do PIB

No quadro 2 apresenta-se o percentual dos Gastos em Assistência e Previdência com relação a Despesa Orçamentária das capitais brasileiras no período 1998 – 2012. Nesse quadro a divisão foi feita pelo tamanho do PIB dos municípios, do maior para o menor. Como são 26 municípios analisados, a divisão foi feita em 5 gráficos, respeitando a ordenação do maior para o menor PIB. No Gráfico 1 os municípios com maior PIB e assim sucessivamente.

No gráfico 1 os dados variam entre 2% e 25%. O gráfico 2 apresenta a variação entre 2% e 23%. No gráfico 3 tal gap ocorre entre cerca de 3% e 14%. O gráfico 4 possui tal intervalo entre 2% e 14%. E, para o último gráfico, 1% e 12%.

A menor participação da rubrica aparece perto de 1%, para Palmas. E o maior valor dessa relação aparece no Rio de Janeiro, cerca de 25%.

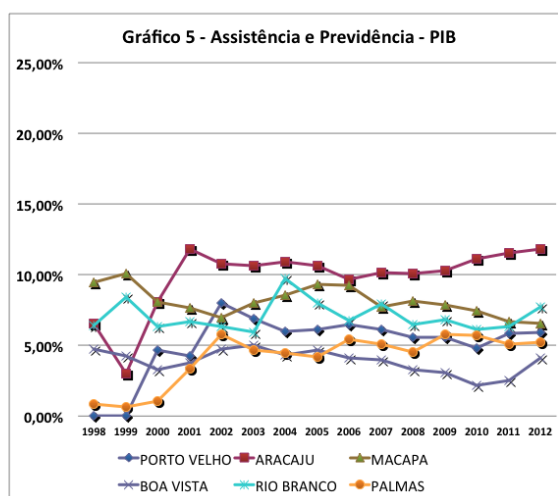
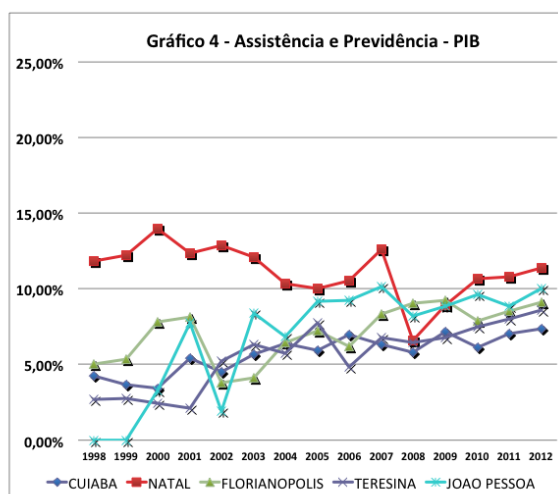
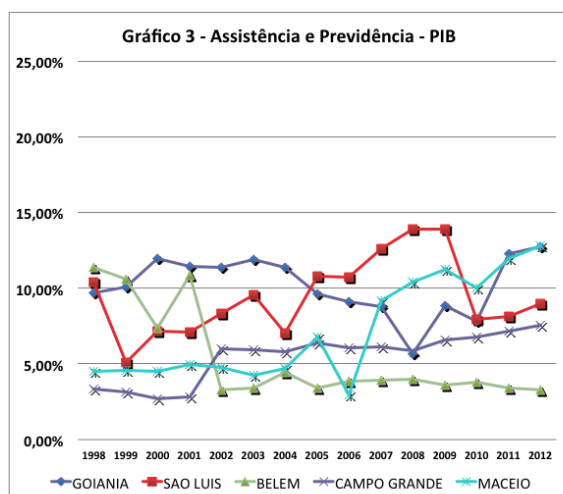
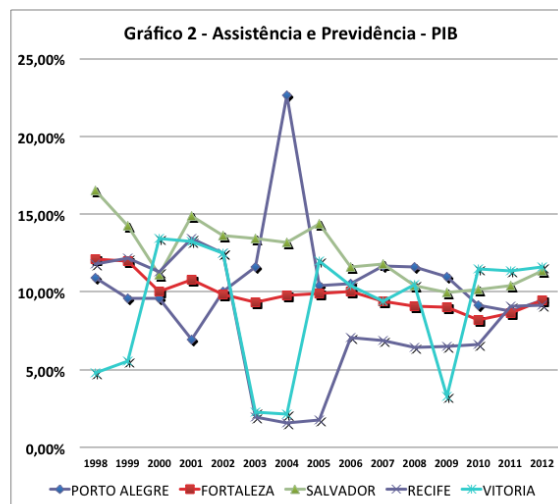
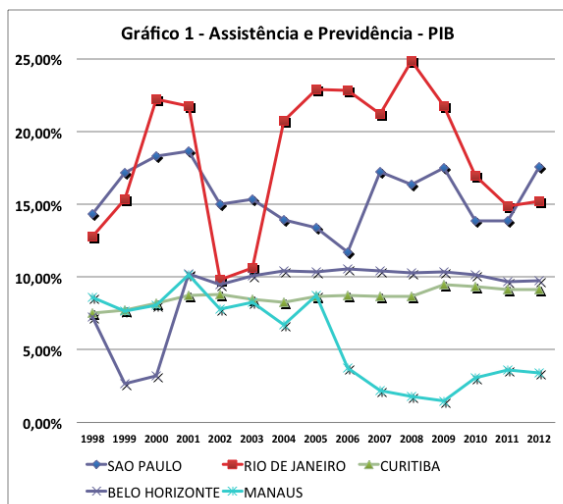
Uma maior disparidade ocorre nos gráficos 1 e 2. Ou seja, nesses dois gráficos a diferença entre o maior dispêndio e o menor dispêndio é bem expressiva.

Já para os gráficos 3, 4 e 5 encontra-se uma disparidade menor, porém os dados não possuem característica de convergência.

Nos gráficos 1 e 2 a participação dos municípios diverge bastante, assim como as respectivas médias, não evidenciando-se um padrão. No gráfico 3 os dados são muito diversos, não evidenciando-se um padrão, apenas Curitiba destaca-se com uma média constante. No gráfico 4 os dados tendem a aumentar sua participação média e, tendem a convergir. No gráfico 5 observa-se a mesma situação do gráfico 3.

Após a análise, evidenciam-se os gráficos 1 e 2. Destaca-se uma forte divergência dos dados e a diferença entre maior e menor gasto é expressiva. No gráfico 4 há a única evidência de convergência, porém fraca, e tendência de aumento da participação da função com relação aos gastos totais municipais.

Quadro 2: Participação dos Gastos em Assistência e Previdência nas capitais brasileiras no período 1998 – 2012 (% em relação aos Gastos totais e ordenado pelo tamanho do PIB)



Fonte: A partir dos dados do Finbra

3.4 Gastos em Assistência e Previdência, por Região

No quadro 3 apresenta-se o percentual dos Gastos em Assistência e Previdência com relação a Despesa Orçamentária das capitais brasileiras no período 1998 – 2012. Nesse quadro a divisão foi feita de acordo com as cinco regiões brasileiras: Sudeste, Sul, Nordeste, Norte e Centro-oeste.

No gráfico 1 os dados variam entre 2% e 25%. O gráfico 2 apresenta a variação entre 4% e 23%. No gráfico 3 tal gap ocorre entre cerca de 2% e 17%. O gráfico 4 possui tal intervalo entre 1% e 12%. E, para o ultimo gráfico, 3% e 13%.

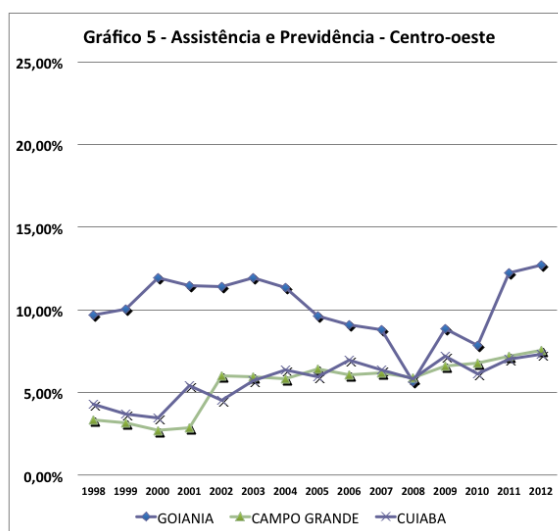
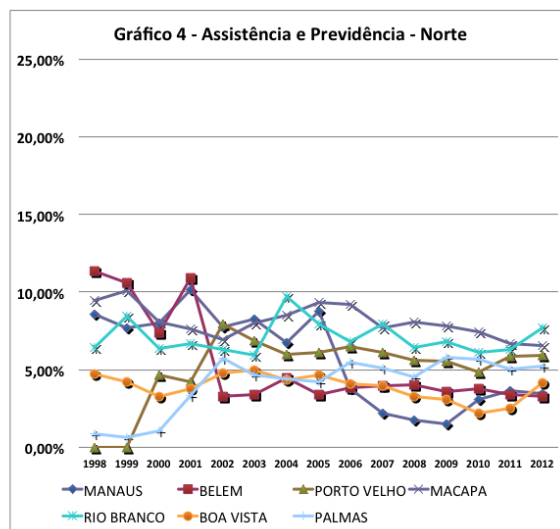
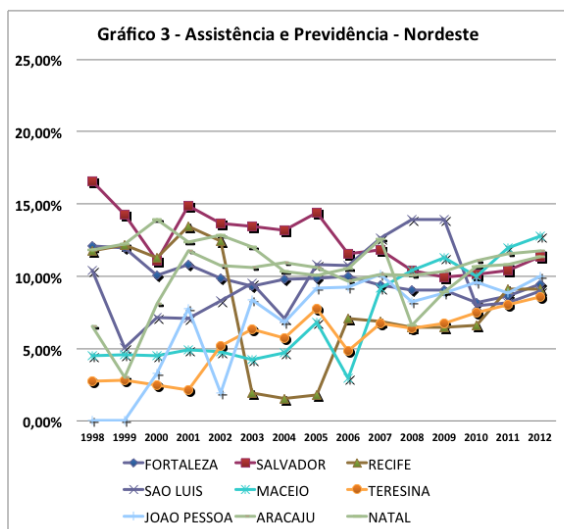
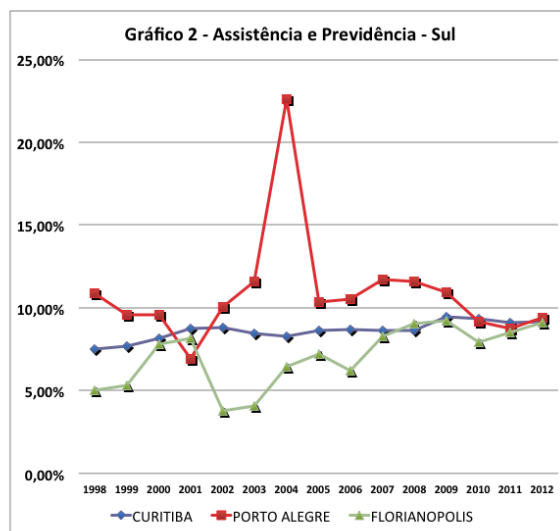
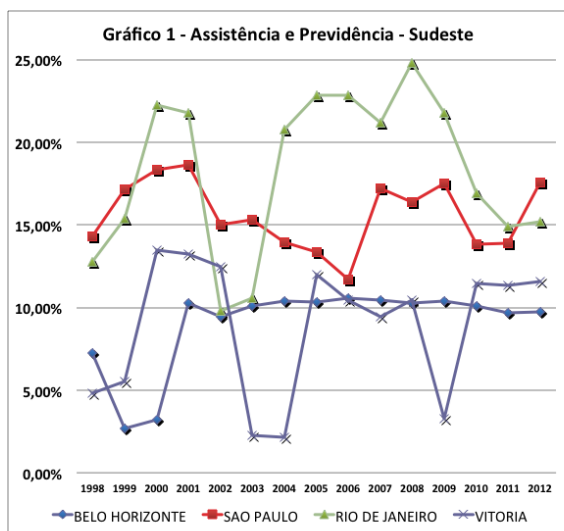
A menor participação da rubrica aparece perto de 1%, para Palmas. E o maior valor aparece para o Rio de Janeiro, cerca de 25%.

Uma maior disparidade ocorre nos gráficos 1 e 2. Ou seja, nesses dois gráficos a diferença entre o maior dispêndio e o menor dispêndio é bem expressiva. Já para os gráficos 4 e 5 encontra-se uma disparidade menor, porém os dados não possuem característica de convergência.

Nos gráficos 1 e 2 a participação dos municípios diverge bastante, assim como as respectivas médias, à exceção de Curitiba, não evidenciando-se um padrão. No gráfico 3 os dados são muito diversos até 2010, quando passam a convergir e figurar com tendência de crescimento dos gastos. No gráfico 4 os dados também são diversos, porém não convergem, e, ainda, possuem tendência decrescimento. No gráfico 5 observa-se Cuiabá com comportamento bem diferente dos outros dois municípios, que convergem e possuem médias parecidas.

A análise dos dados referente aos gastos com Assistência e Previdência, tabulados regionalmente, mostram que os dados no geral convergem segundo sua natureza regional. As capitais do Sudeste com um comportamento cíclico e os demais municípios convergindo para um determinado valor, de acordo com a região.

Quadro 3: Participação dos Gastos em Assistência e Previdência nas capitais brasileiras no período 1998 – 2012 (% em relação aos Gastos totais por região)



Fonte: A partir dos dados do Finbra

3.5 Gastos em Habitação e Urbanismo, por Tamanho da População

No quadro 4 apresenta-se o percentual dos Gastos em Habitação e Urbanismo com relação a Despesa Orçamentaria das capitais brasileiras no período 1998 – 2012. Nesse quadro a divisão foi feita pelo tamanho da população dos municípios: população superior a 5 milhões de habitantes (gráfico 1); entre 2 e 5 milhões de habitantes (gráfico 2); entre 1 e 2 milhões (gráfico 3); entre 500 mil e 1 milhão (gráfico 4); e inferior a 500 mil habitantes (gráfico 5).

No gráfico 1 os dados variam entre 9% e 20%. O gráfico 2 apresenta a variação entre 6% e 35%. No gráfico 3 tal gap ocorre entre cerca de 1% e 37%. O gráfico 4 possui tal intervalo entre 1% e 30%. E, para o ultimo gráfico, 1% e 36%.

A menor participação da rubrica aparece perto de 1%, em mais de um município. E o maior valor dessa relação aparece em Curitiba, cerca de 37%.

Uma maior disparidade ocorre nos gráficos 3 e 5. Ou seja, nesses dois gráficos a diferença entre o maior dispêndio e o menor dispêndio é bem expressiva.

Já para o gráfico 1 encontra-se uma maior convergência dos dados. Ou seja, a diferença entre maiores e menores gastos não apresenta-se tão significativa e ao longo dos anos as séries tem comportamentos convergentes.

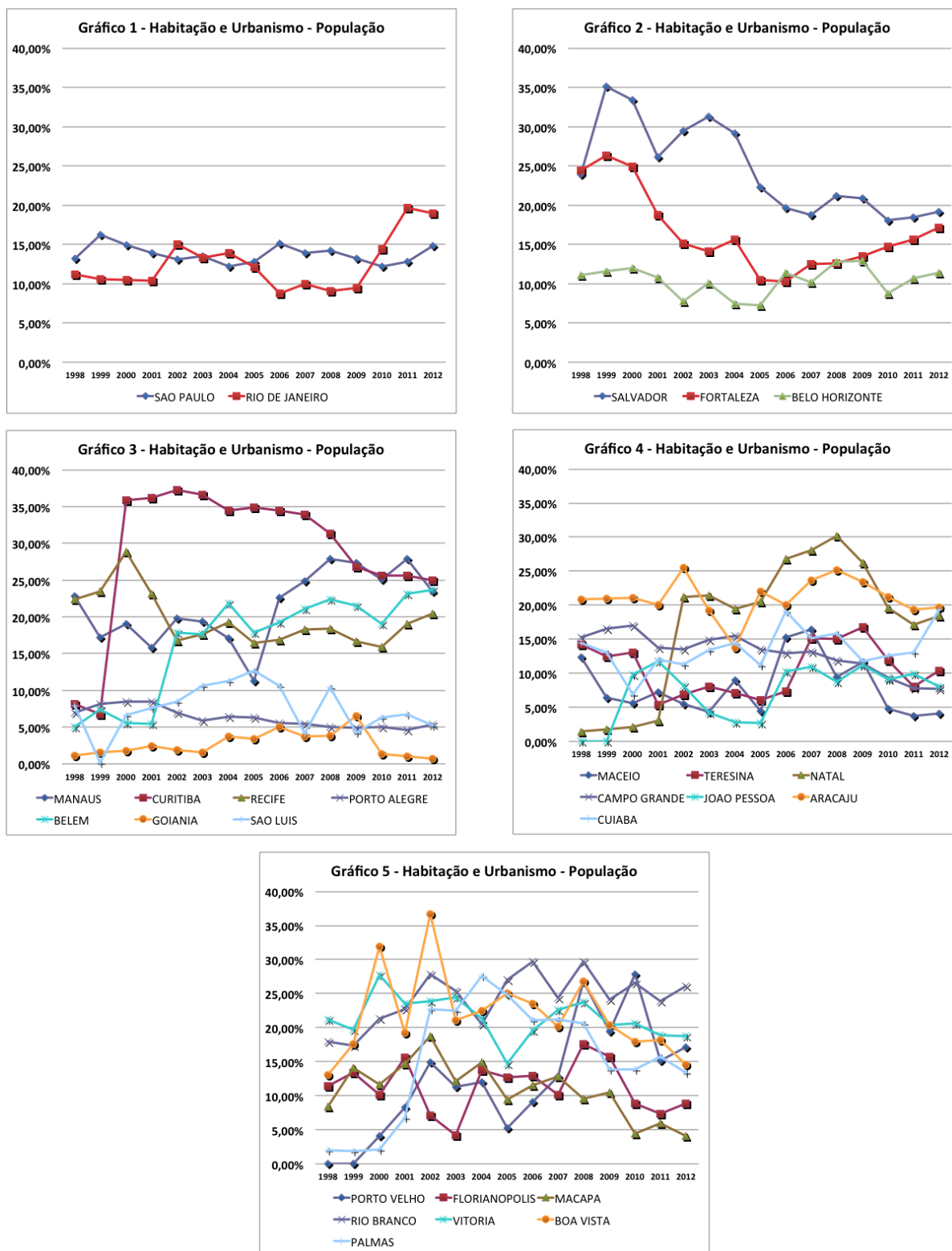
No gráfico 1 a participação dos municípios diverge pouco. O comportamento dos municípios é parecido e converge para valores que diferem em cerca de 5%. No gráfico 2, os dados estão bem dispersos no início da série temporal, mas depois convergem e a diferença é estabelecida pelo intervalo 12%-18%. Nos gráficos 3, 4 e 5 não há fortes indícios de padrão, pois os gráficos são muito dispersos, nem se quer uma média constante é mantida, a exceção de Goiânia.

Após a análise, evidenciam-se os gráficos 1 e 2. Em ambos destaca-se uma convergência dos dados. No gráfico 1, para o dispêndio em Habitação e

Urbanismo, percebe-se uma média parecida para os municípios, com a cidade do Rio de Janeiro sendo mais volátil. E no gráfico 2 também há evidência de convergência, no fim da série analisada. E os 3 últimos gráficos não demonstram uma padronização dos gastos e, além disso, há uma forte disparidade dos gastos.

O principal resultado que pode ser extraído desse conjunto de dados é que para os grandes municípios, de acordo com o tamanho populacional, os dados exibem um comportamento convergente, enquanto que para as capitais que exibem uma menor faixa da população as séries exibem tendências divergentes.

Quadro 4: Participação dos Gastos em Habitação e Urbanismo nas capitais brasileiras no período 1998 – 2012 (% em relação aos Gastos totais por tamanho da população)



Fonte: A partir dos dados do Finbra

3.6 Gastos em Habitação e Urbanismo, por Tamanho do PIB

No quadro 5 apresenta-se o percentual dos Gastos em Habitação e Urbanismo com relação a Despesa Orçamentária das capitais brasileiras no período 1998 – 2012. Nesse quadro a divisão foi feita pelo tamanho do PIB dos municípios, do maior para o menor. 5 gráficos ordenados do maior para o menor PIB. No Gráfico 1 os municípios com maior PIB e assim sucessivamente.

No gráfico 1 os dados variam entre 6% e 37%. O gráfico 2 apresenta a variação entre 5% e 35%. No gráfico 3 tal gap ocorre entre cerca de 1% e 24%. O gráfico 4 possui tal intervalo entre 1% e 30%. E, para o ultimo gráfico, 2% e 36%.

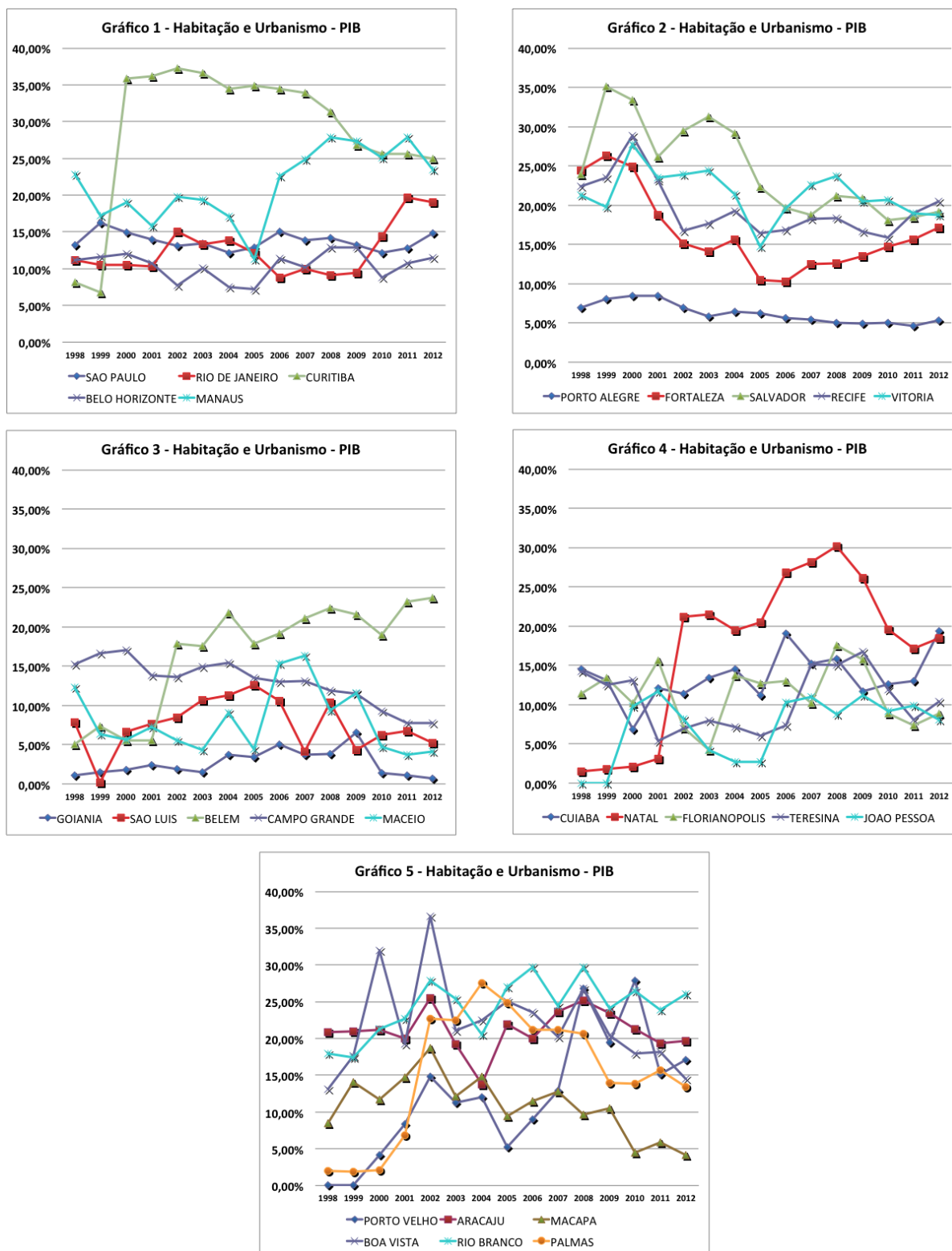
A menor participação da rubrica aparece perto de 1%, para Goiânia. E o maior valor dessa relação aparece em Curitiba, cerca de 37%.

Uma maior disparidade ocorre nos gráficos 5 e 1. Ou seja, nesses dois gráficos a diferença entre o maior dispêndio e o menor dispêndio é bem expressiva. Já para os gráficos 2, 3 e 4 encontra-se uma disparidade menor, porém os dados não possuem característica de convergência.

Nos gráficos 1 e 2 a participação dos municípios diverge bastante, assim como as respectivas médias, não evidenciando-se um padrão. Porto Alegre destaca-se pela média baixa e estável. No gráfico 3 os dados são muito diversos, não evidenciando-se um padrão. Nos gráficos 4 e 5 a situação não difere muito: dispersão e forte volatilidade, sem evidência de padronização dos gastos.

Após a análise, evidencia-se uma forte divergência dos dados para todos os grupos de municípios analisados. Destacam-se dois municípios, Porto Alegre e Goiânia, ambos possuem uma média baixa, quando comparados aos municípios de seus respectivos grupos, e também possuem uma variação menos volátil.

Quadro 5: Participação dos Gastos em Habitação e Urbanismo nas capitais brasileiras no período 1998 – 2012 (% em relação aos Gastos totais pelo PIB)



Fonte: A partir dos dados do Finbra

3.7 Gastos em Habitação e Urbanismo, por Região

No quadro 6 apresenta-se o percentual dos Gastos em Habitação e Urbanismo com relação a Despesa Orçamentária das capitais brasileiras no período 1998 – 2012. Nesse quadro a divisão foi feita de acordo com as cinco regiões brasileiras: Sudeste, Sul, Nordeste, Norte e Centro-oeste.

No gráfico 1 os dados variam entre 7% e 28%. O gráfico 2 apresenta a variação entre 4% e 37%. No gráfico 3 tal gap ocorre entre cerca de 1% e 35%. O gráfico 4 possui tal intervalo entre 2% e 36%. E, para o último gráfico, 1% e 19%.

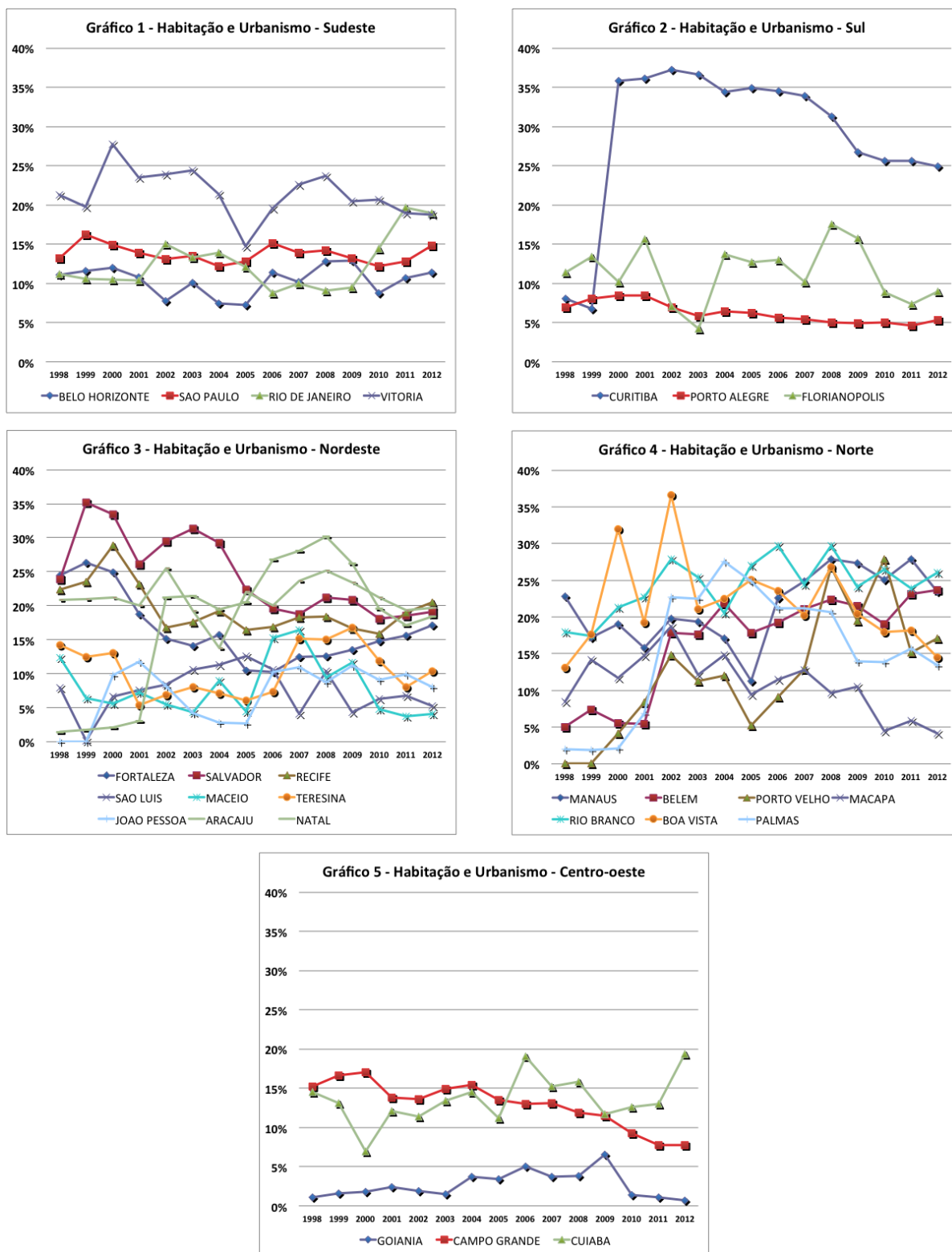
A menor participação da rubrica aparece perto de 1%, para Goiânia. E o maior valor aparece para o Curitiba, cerca de 37%.

Uma maior disparidade ocorre nos gráficos 2, 3 e 4. Ou seja, nesses dois gráficos a diferença entre o maior e menor dispêndio é bem expressiva. Já para os gráficos 1 e 5 encontra-se uma disparidade menor, porém os dados não possuem característica de convergência, embora com diferenças significativas quando comparados os valores para cada município.

Nos gráficos 2, 3 e 4 a participação dos municípios diverge bastante, assim como as respectivas médias, não havendo evidência de padrão, exceto Porto Alegre, que possui dispêndios quase que constantes. Nos gráficos 1 e 5 há menor disparidade dos dados, menor volatilidade, mas não destaca-se um padrão.

Após a análise, evidenciam-se os gráficos 2, 3 e 4. Destaca-se forte divergência dos dados e a diferença maior e menor gasto é bem expressiva. O município de Porto Alegre possui comportamento muito diferente dos demais, com gastos sempre próximos a 5% e com pouca volatilidade. E nos gráficos 1 e 5 as diferenças entre os gastos dos municípios são menos expressivas, se comparadas aos outros gráficos. Nenhum grupo apresentou padrão de convergência, ou qualquer tendência de crescimento ou diminuição da participação dos gastos.

Quadro 6: Participação dos Gastos em Habitação e Urbanismo nas capitais brasileiras no período 1998 – 2012 (% em relação aos Gastos totais por região)



Fonte: A partir dos dados do Finbra

3.8 Gastos em Educação e Cultura, por Tamanho da População

No quadro 7 apresenta-se o percentual dos Gastos em Educação e Cultura com relação à Despesa Orçamentária das capitais brasileiras no período 1998 – 2012. A divisão foi feita pelo tamanho da população: superior a 5 milhões de habitantes (gráfico 1); entre 2 e 5 milhões de habitantes (gráfico 2); entre 1 e 2 milhões (gráfico 3); entre 500 mil e 1 milhão (gráfico 4); e inferior a 500 mil habitantes (gráfico 5).

No gráfico 1 os dados variam entre 15% e 26%. O gráfico 2 apresenta a variação entre 6% e 24%. No gráfico 3 tal gap ocorre entre cerca de 8% e 28%. O gráfico 4 possui tal intervalo entre 14% e 31%. E, para o último gráfico, 9% e 38%.

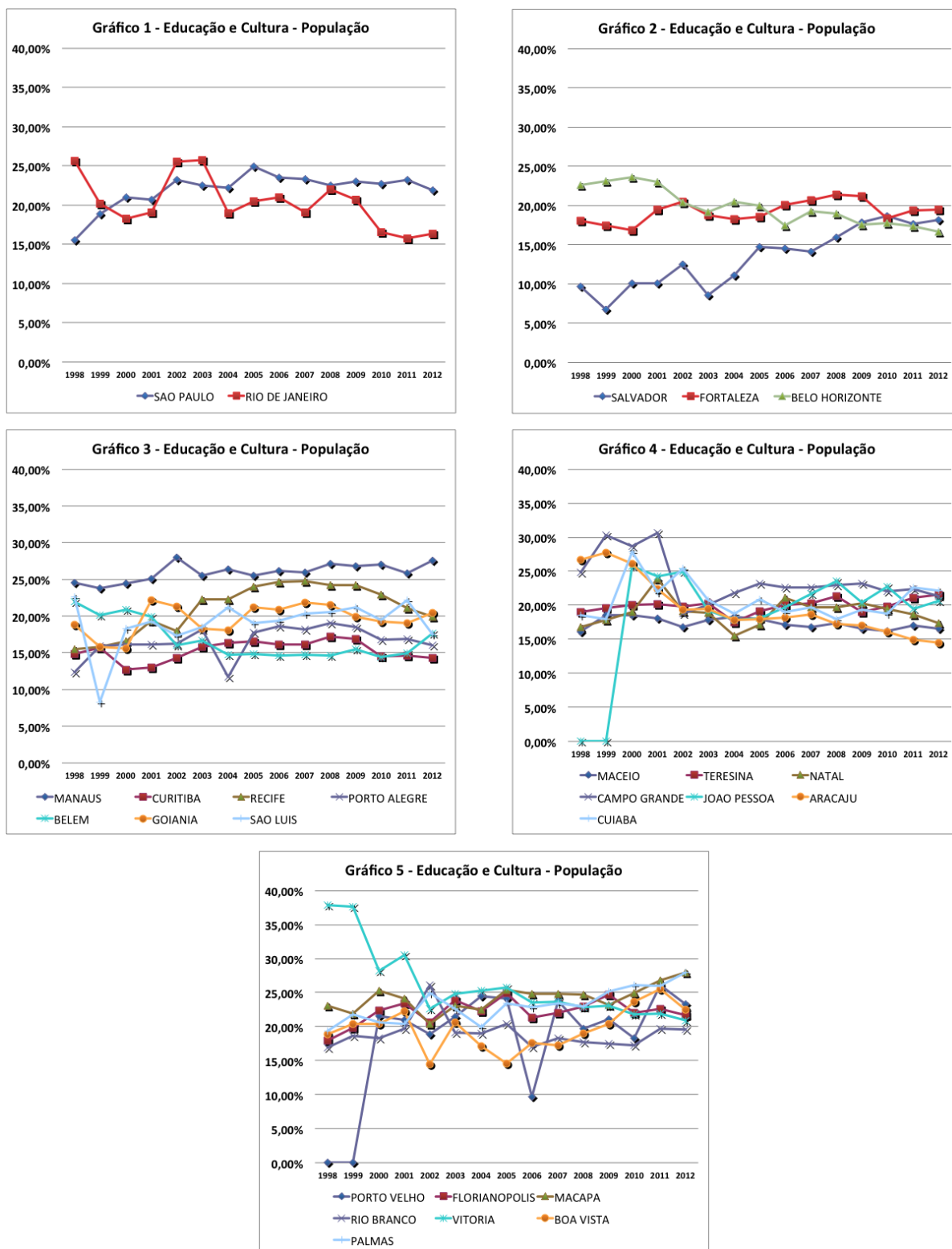
A menor participação aparece perto de 6%, em Salvador. E o maior valor aparece para Vitória, cerca de 38%.

Uma maior disparidade ocorre nos gráficos 3 e 5, onde a diferença entre o maior e o menor dispêndio é bem expressiva. Já para o gráfico 1 encontra-se maior convergência dos dados, diferença entre maiores e menores gastos não tão significativa.

No gráfico 1 observa-se convergência dos gastos e comportamento parecido dos municípios. No gráfico 2, os dados estão bem dispersos no início do período, mas depois convergem fortemente. Nos gráficos 3, 4 e 5 não há fortes indícios de padrão, os gráficos são dispersos. Porém, cada município mantém sua média estável, com poucas variações no decorrer do tempo.

Destaca-se a convergência dos dados nos gráficos 1 e 2. No primeiro há uma média parecida para os municípios, com o Rio de Janeiro mais volátil. No gráfico 2 também há evidência de convergência, no fim da série analisada. Nos 3 últimos gráficos não há uma padronização dos gastos, a disparidade evidencia-se, entretanto os gastos de cada município dificilmente fogem às suas médias.

Quadro 7: Participação dos Gastos em Educação e Cultura nas capitais brasileiras no período 1998 – 2012 (% em relação aos Gastos totais por tamanho da população)



Fonte: A partir dos dados do Finbra

3.9 Gastos em Educação e Cultura, por Tamanho do PIB

No quadro 8 apresenta-se o percentual dos Gastos em Educação e Cultura com relação à Despesa Orçamentária das capitais brasileiras no período 1998 – 2012. Nesse quadro a divisão foi feita pelo tamanho do PIB dos municípios, do maior para o menor. 5 gráficos ordenados do maior para o menor PIB. No Gráfico 1 os municípios com maior PIB e assim sucessivamente.

No gráfico 1 os dados variam entre 13% e 28%. No gráfico 2, entre 6% e 38%. No gráfico 3, entre 8% e 31%. No gráfico 4, entre 15% e 28%. E, para o ultimo gráfico, 10% e 38%. A menor participação aparece perto de 6%, em Salvador. E o maior valor dessa aparece para Vitória, cerca de 38%.

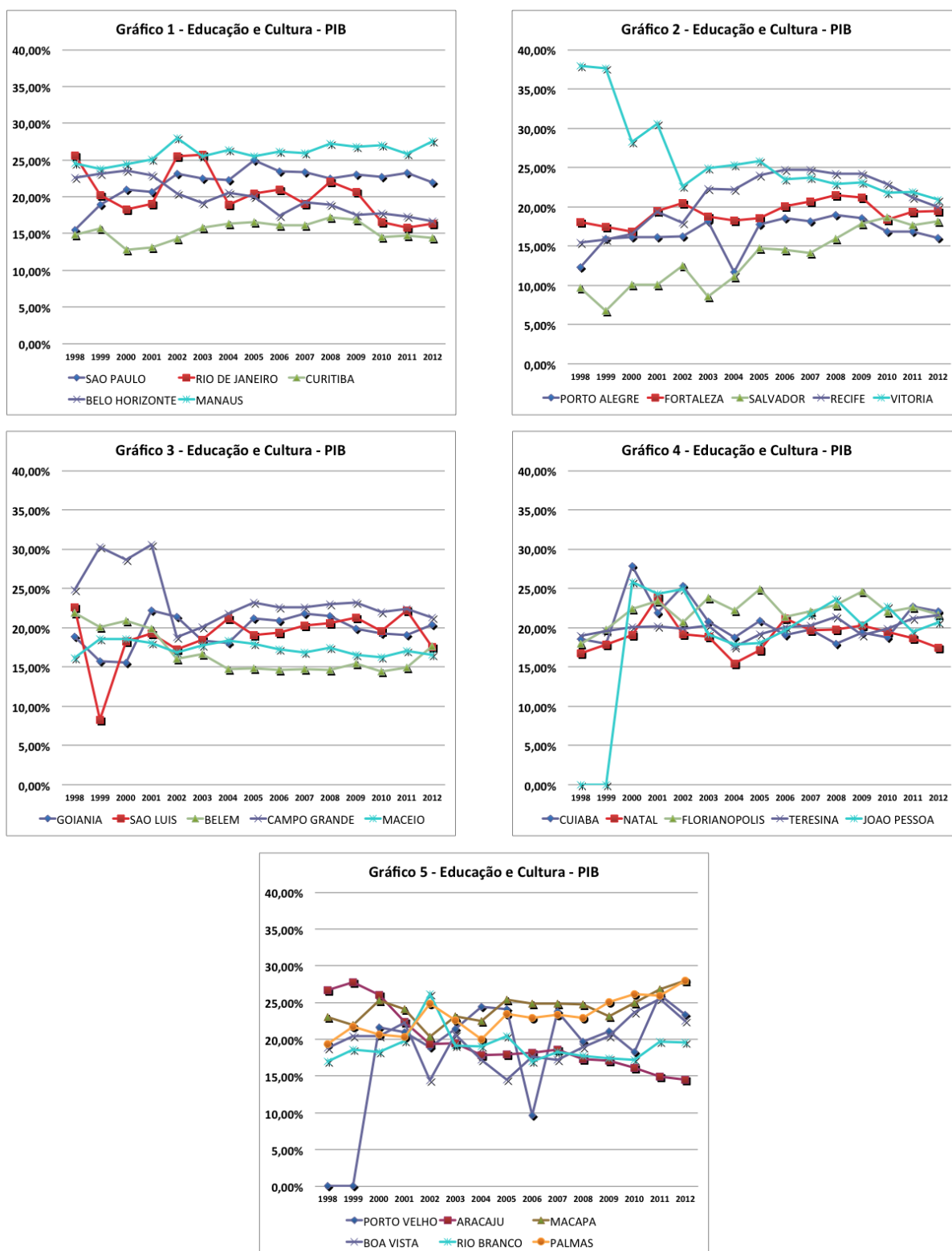
Uma maior disparidade ocorre nos gráficos 2 e 5, onde a diferença entre o maior e o menor dispêndio é bem expressiva. Já para os gráficos 3 e 5 encontra-se uma disparidade menor. E, para o gráfico 4, há certa convergência e baixa disparidade ao longo do período.

Nos gráficos 1 e 3 os municípios mantêm médias pouco voláteis, porém há disparidade. Contudo, a diferença média entre maiores e menores gastos mantem-se quase que inalterada. No gráfico 2 há grande disparidade no início do período, mas depois de 2008 os dados convergem fortemente. No gráfico 5 a situação é oposta, no fim do período analisado os dados ficam mais dispersos.

Evidenciam-se os gráficos 2 e 4. Em ambos destaca-se uma forte convergência dos dados. Destacam-se os gráficos 1 e 3 pelos gastos serem pouco voláteis. O gráfico 5 aponta divergência dos dados e, ao fim da série temporal, desenha-se um aumento da disparidade dos dados.

O principal resultado encontrado é que na média os dados em de participação dos gastos em educação e cultura no total das despesas orçamentárias mantem-se constante ao logo do tempo, entre 15% e 25%.

Quadro 8: Participação dos Gastos em Educação e Cultura nas capitais brasileiras no período 1998 – 2012 (% em relação aos Gastos totais pelo PIB)



Fonte: A partir dos dados do Finbra

3.10 Gastos em Educação e Cultura, por Região

No quadro 9 apresenta-se o percentual dos Gastos em Educação e Cultura com relação à Despesa Orçamentária das capitais brasileiras no período 1998 – 2012. A divisão ocorre de acordo com as cinco regiões brasileiras: Sudeste, Sul, Nordeste, Norte e Centro-oeste.

No gráfico 1 os dados variam entre 15% e 38%. O gráfico 2 apresenta a variação entre 11% e 25%. No gráfico 3 tal gap ocorre entre cerca de 6% e 28%. O gráfico 4 possui tal intervalo entre 9% e 28%. E, para o último gráfico, 15% e 31%. A menor participação aparece perto de 6%, para Salvador. E o maior valor aparece para Belo Horizonte, cerca de 38%.

Uma maior disparidade ocorre nos gráficos 1 e 3, onde a diferença entre o maior e menor dispêndio é bem expressiva. Já para os gráficos 2 e 5 encontra-se uma disparidade menor.

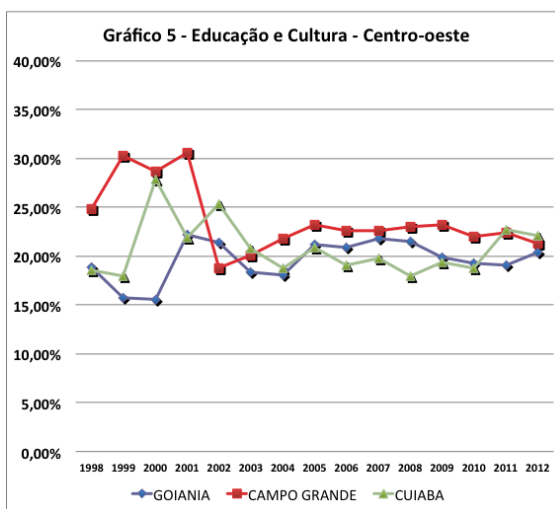
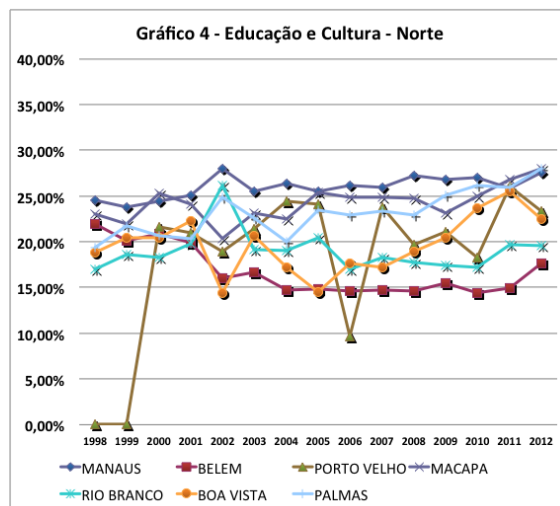
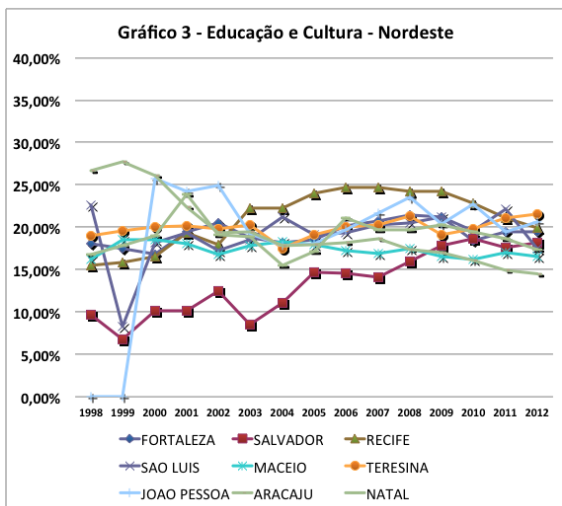
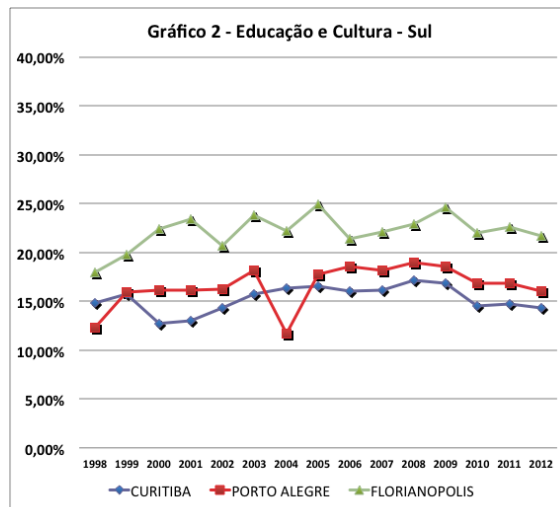
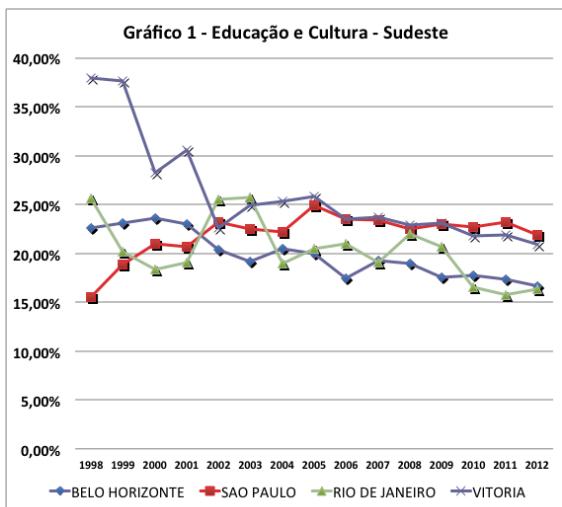
No gráfico 1 a participação dos municípios diverge bastante no início do período convergem sutilmente após os anos 00s. No gráfico 2 não há convergência dos dados, os municípios mantêm seu padrão médio de gastos e as alterações são pouco voláteis. O gráfico 3 possui características parecidas ao do gráfico 1, com convergência dos dados no fim da série temporal, com valores divergindo entre 15% e 21%. O gráfico 4 possui convergência no início da análise temporal, mas depois do início dos anos 2000 os dados passam a ficar mais dispersos, sem evidência de padrão. E o gráfico 5 possui forte convergência ao final do período, os valores variam entre 20% e 23% e os municípios possuem gastos médios pouco voláteis.

Após a análise, evidenciam-se os gráficos 3 e 5. Destaca-se a convergência dos dados ao final da série temporal analisada. Tal convergência é mais expressiva no gráfico 5, onde os municípios possuem percentuais bem

próximos. Os gráficos 1 e 2 possuem fraca ou pouca convergência, destaca-se somente a baixa volatilidade dos gastos médios de cada capital. E o gráfico 4 possui uma característica única, de convergência no início do período e aumento da disparidade e divergência dos dados ao final da série temporal, não evidenciando um padrão.

De maneira geral, quando os dados são organizados regionalmente, apenas as capitais da região Norte não apresentam um padrão convergente.

Quadro 9: Participação dos Gastos em Educação e Cultura nas capitais brasileiras no período 1998 – 2012 (% em relação aos Gastos totais por região)



Fonte: A partir dos dados do Finbra

3.11 Gastos em Saúde e Saneamento, por Tamanho da População

No quadro 10 apresenta-se o percentual dos Gastos em Saúde e Saneamento com relação a Despesa Orçamentaria das capitais brasileiras no período 1998 – 2012. Nesse quadro a divisão foi feita pelo tamanho da população dos municípios: população superior a 5 milhões de habitantes (gráfico 1); entre 2 e 5 milhões de habitantes (gráfico 2); entre 1 e 2 milhões (gráfico 3); entre 500 mil e 1 milhão (gráfico 4); e inferior a 500 mil habitantes (gráfico 5).

No gráfico 1 os dados variam entre 14% e 22%. O gráfico 2 apresenta a variação entre 7% e 39%. No gráfico 3 tal gap ocorre entre cerca de 9% e 58%. O gráfico 4 possui tal intervalo entre 10% e 44%. E, para o ultimo gráfico, 5% e 31%. A menor participação da rubrica aparece perto de 5%, no Macapá. E o maior valor dessa relação aparece em Porto Alegre, quase 60%.

Uma maior disparidade ocorre nos gráficos 3 e 4. Ou seja, nesses dois gráficos a diferença entre o maior dispêndio e o menor dispêndio é bem expressiva.

Já para o gráfico 1 encontra-se uma maior convergência dos dados. Ou seja, a diferença entre maiores e menores gastos não apresenta-se tão significativa.

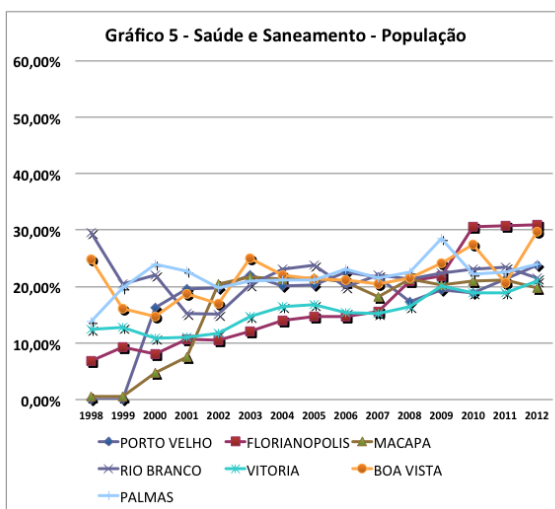
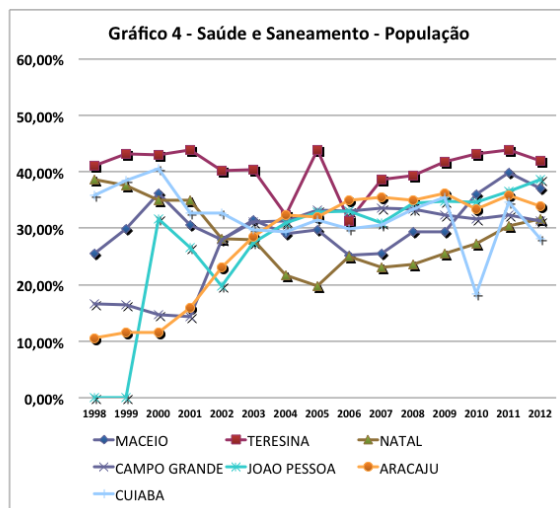
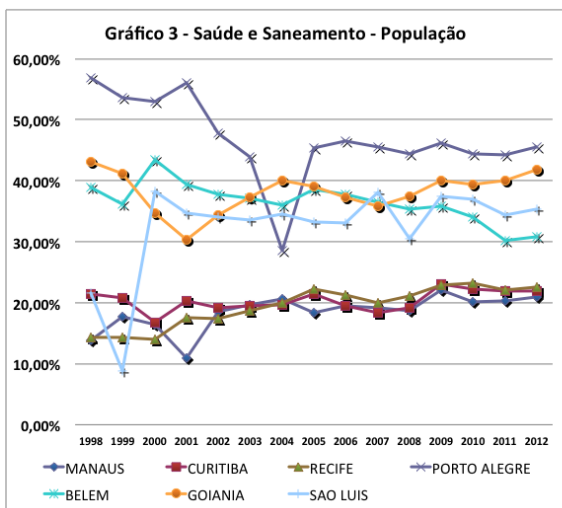
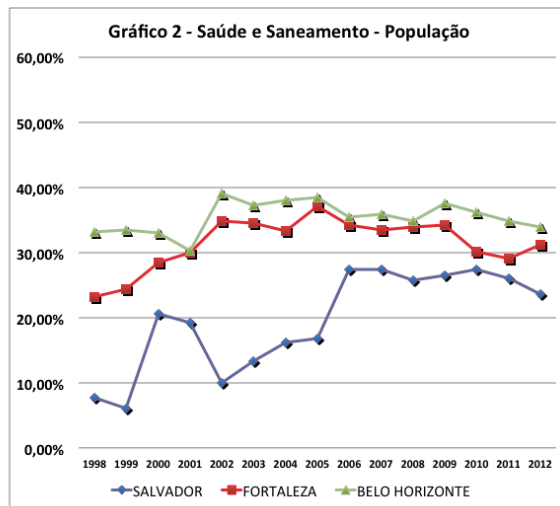
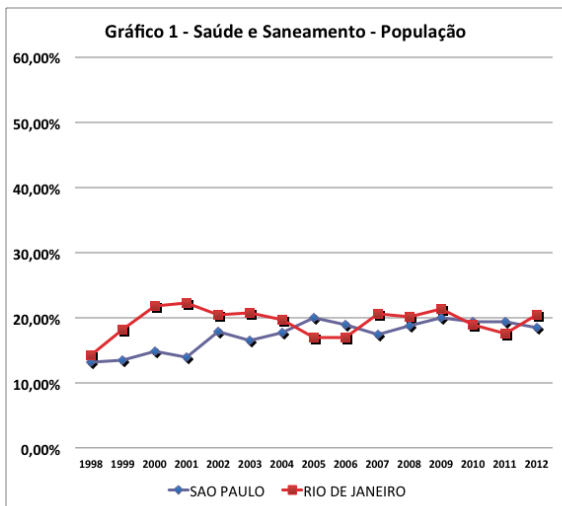
No gráfico 1 a participação dos gastos em saúde nos municípios diverge pouco. O comportamento dos municípios é parecido e converge para valores que diferem em cerca de 4%. No gráfico 2, os dados estão bem dispersos no início da série temporal, mas depois de 2005 convergem sensivelmente. Nos gráficos 3, 4 e 5 não há fortes indícios de padrão, pois os gráficos são muito dispersos. Além disso, nota-se uma tendência de crescimento para o grupo de municípios no ultimo gráfico.

Após a análise, evidenciam-se os gráficos 1, 2 e 3. Nos dois primeiros destaca-se uma convergência dos dados. No gráfico 1, percebe-se uma média

parecida para os municípios. No gráfico 2 também há evidência de convergência, no fim da série analisada. Nos gráficos 3 e 4 não há uma padronização dos gastos, a disparidade evidencia-se. Entretanto os gastos de cada município dificilmente fogem às suas médias, com algumas exceções. Ademais, no gráfico 5, é notável o crescimento médio da participação da função orçamentária ao longo do tempo, com todos os municípios com gastos iguais ou superiores a 20% no final do período analisado.

O principal resultado dos dados é que quanto maior e menor o município em relação ao tamanho da sua população, mais convergentes o comportamento das despesas em saúde e saneamento. Os municípios que exibem um tamanho da população intermediária (Manaus, Curitiba, Recife, Porto Alegre, Belém, Goiânia e São Luís) os gastos mostraram-se divergentes.

Quadro 10: Participação dos Gastos em Saúde e Saneamento nas capitais brasileiras no período 1998 – 2012 (% em relação aos Gastos totais por tamanho da população)



Fonte: A partir dos dados do Finbra

3.12 Gastos em Saúde e Saneamento, por Tamanho do PIB

No quadro 11 apresenta-se o percentual dos Gastos em Saúde e Saneamento com relação a Despesa Orçamentária das capitais brasileiras no período 1998 – 2012. Nesse quadro a divisão foi feita pelo tamanho do PIB dos municípios, do maior para o menor. 5 gráficos ordenados do maior para o menor PIB. No Gráfico 1 os municípios com maior PIB e assim sucessivamente.

No gráfico 1 os dados variam entre 11% e 39%. O gráfico 2 apresenta a variação entre 7% e 57%. No gráfico 3 tal gap ocorre entre cerca de 8% e 44%. O gráfico 4 possui tal intervalo entre 7% e 45%. E, para o ultimo gráfico, 1% e 37%.

A menor participação da rubrica aparece perto de 1%, para o Macapá. E o maior valor dessa relação aparece para Porto Alegre, cerca de 57% no início dos anos 2000.

Uma maior disparidade ocorre nos gráficos 2 e 4. Ou seja, nesses dois gráficos a diferença entre o maior dispêndio e o menor dispêndio é bem expressiva.

Já para o gráfico 3 encontra-se uma disparidade menor ao final do período analisado. Para os gráficos 1 e 5 há pouca disparidade e certo padrão no comportamento dos gastos.

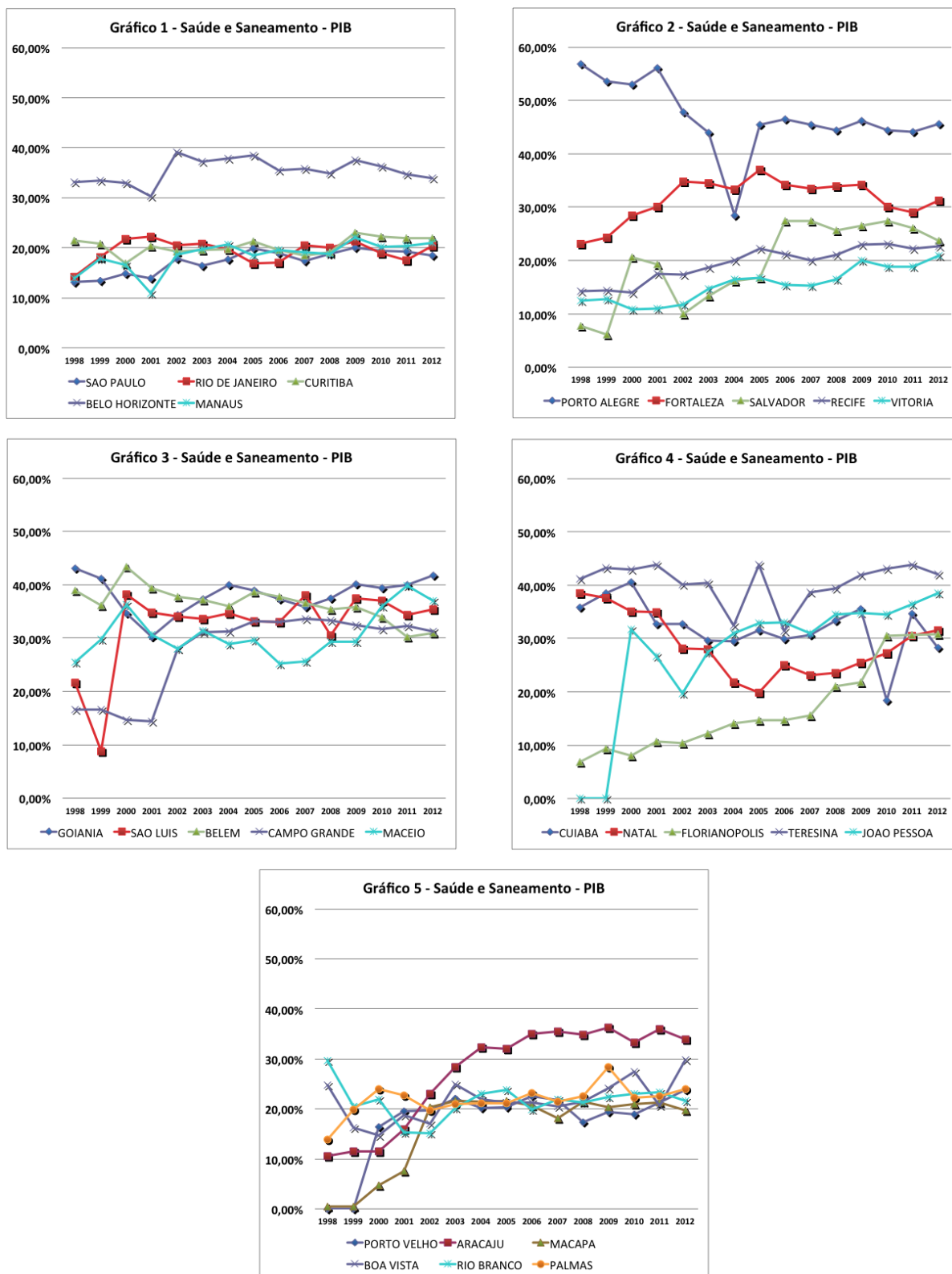
Nos gráficos 1 e 5 os municípios mantêm médias pouco voláteis. Os dados convergem fortemente e possuem padrões parecidos, a exceção Belo Horizonte e Aracajú, que possuem médias maiores mas com padrão parecido ao de seus respectivos grupos. Nos gráfico 2 e 4 há uma grande disparidade dos dados e não define-se um padrão. E no gráfico 3 a disparidade dos dados existe mas é menos expressiva e cada município tem baixa volatilidade de gastos se comparado às suas respectivas médias.

Após a análise, evidenciam-se os gráficos 1 e 5. Em ambos destaca-se uma forte convergência dos dados. No gráfico 1 há uma padronização dos gastos e

os municípios agrupam-se próximos a dispêndios de 20%, com exceção a São Paulo. No gráfico 5 há tendência de crescimento dos gastos e Aracajú fugindo ao padrão do grupo. Os gráficos 2, 3 e 4 apresentam grandes disparidades nos dados, porém havendo indícios de padronização no gráfico 3, gastos pouco voláteis, sempre próximos às médias de cada capital

O principal resultado dos dados é que quanto maior e menor o município em relação ao tamanho do seu PIB, mais convergentes o comportamento das despesas em saúde e saneamento.

Quadro 11: Participação dos Gastos em Saúde e Saneamento nas capitais brasileiras no período 1998 – 2012 (% em relação aos Gastos totais pelo PIB)



Fonte: A partir dos dados do Finbra

3.13 Gastos em Saúde e Saneamento, por Região

No quadro 12 apresenta-se o percentual dos Gastos em Saúde e Saneamento com relação a Despesa Orçamentária das capitais brasileiras no período 1998 – 2012. Nesse quadro a divisão foi feita por região: Sudeste, Sul, Nordeste, Norte e Centro-oeste.

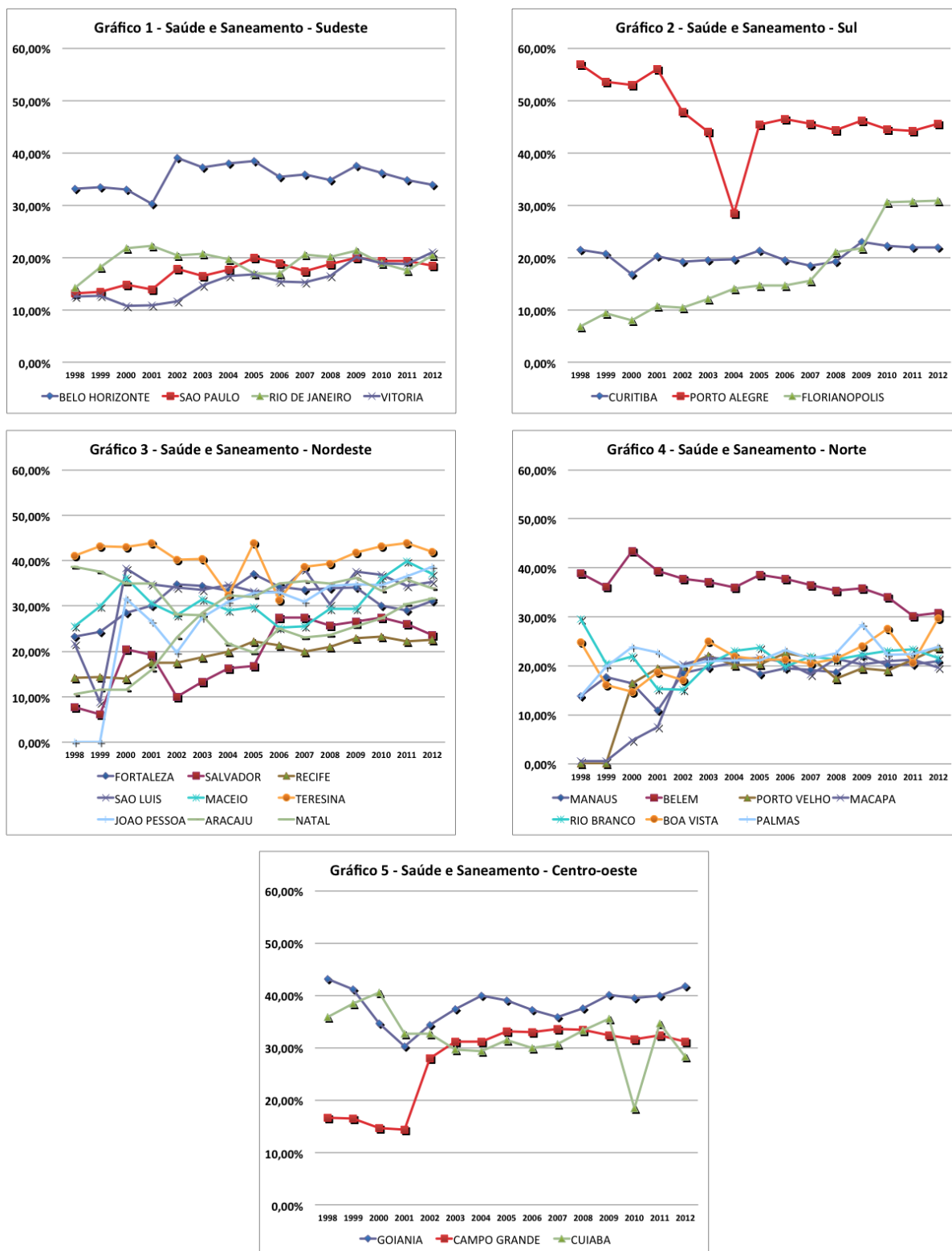
No gráfico 1 os dados variam entre 11% e 39%. O gráfico 2 apresenta a variação entre 7% e 57%. No gráfico 3 tal gap ocorre entre cerca de 6% e 44%. O gráfico 4 possui tal intervalo entre 1% e 44%. E, para o último gráfico, 14% e 43%.

A menor participação da rubrica aparece perto de 1%, para o Macapá. E o maior valor aparece para Porto Alegre, cerca de 57%.

No gráfico 1 a participação dos municípios diverge pouco, à exceção de Belo Horizonte existe forte convergência dos municípios, principalmente ao final da série temporal. No gráfico 2 apresenta-se a maior disparidade dos dados apenas para Porto Alegre, havendo padronização dos gastos, para Curitiba e Florianópolis, com gastos sempre próximos entre 20% e 30%. O gráfico 3 não converge, é muito disperso e não há padrão explicitado. O gráfico 4 possui convergência dos dados. Com a exceção de Belém, os dados possuem médias parecidas e, após 2002 a divergência existe entre cerca de 4%. Contudo, Belém parece buscar convergir-se com grupo diminuindo seus gastos ao longo do tempo. E o gráfico 5 possui uma regularidade entre Campo Grande e Cuiabá, com divergência para Goiânia.

Após a análise há evidência para um comportamento regional para os gastos em saúde e saneamento, com exceção dos dados para a região nordeste. Assim, o padrão regional pode explicar os movimentos das despesas com saúde.

Quadro 12: Participação dos Gastos em Saúde e Saneamento nas capitais brasileiras no período 1998 – 2012 (% em relação aos Gastos totais por região)



Fonte: A partir dos dados do Finbra

3.14 Tabela Resumo dos principais resultados, por rubrica e subdivisões

Assistência e Previdência - por tamanho da população	No geral os gastos não se agrupam de acordo com extratos da população, apenas para as grandes metrópoles nacionais (São Paulo e Rio de Janeiro) e capitais regionais (Salvador, Fortaleza e Belo Horizonte).
Assistência e Previdência - por tamanho do PIB	Não há uma padronização dos gastos por tamanho do PIB e a divergência dos dados é evidente.
Assistência e Previdência - por região	Os dados, no geral, convergem segundo sua natureza regional. As capitais do Sudeste possuem comportamento cíclico e os demais municípios convergindo para um determinado valor, de acordo com a região.
Habitação e Urbanismo - por tamanho da população	Para os grandes municípios, de acordo com o tamanho populacional, os dados exibem um comportamento convergente, enquanto que, para as capitais que exibem uma menor faixa da população, as séries exibem tendências divergentes.
Habitação e Urbanismo - por tamanho do PIB	Forte divergência dos dados para todos os grupos de municípios analisados.
Habitação e Urbanismo - por região	Nenhum grupo apresentou um padrão de convergência, ou qualquer tendência de crescimento ou diminuição da participação dos gastos.
Educação e Cultura - por tamanho da população	Para os grandes municípios, metrópoles nacionais (São Paulo e Rio de Janeiro), bem como as metrópoles regionais (Salvador, Fortaleza e Belo Horizonte), os gastos em educação e cultura convergem ao longo do tempo.

Educação e Cultura - por tamanho da PIB	Na média, o total das despesas orçamentárias mantem-se constante ao longo do tempo, entre 15% e 25%.
Educação e Cultura - por região	De maneira geral, apenas as capitais da região Norte não apresentam um padrão convergente.
Saúde e Saneamento - por tamanho da população	Quanto maior e menor o município em relação ao tamanho da sua população, mais convergentes o comportamento das despesas. Os municípios que exibem um tamanho da população intermediária (Manaus, Curitiba, Recife, Porto Alegre, Belém, Goiânia e São Luís) os gastos mostraram-se divergentes.
Saúde e Saneamento - por tamanho do PIB	O principal resultado dos dados é que quanto maior e menor o município em relação ao tamanho do seu PIB, mais convergentes o comportamento das despesas em saúde e saneamento.
Saúde e Saneamento - por região	Após a análise há evidência para um comportamento regional para os gastos em saúde e saneamento, com exceção dos dados para a região nordeste. Assim, o padrão regional pode explicar os movimentos das despesas com saúde.

4 Conclusões

O objetivo do presente estudo foi analisar como se comportam e como são alocados os principais gastos públicos nas capitais brasileiras.

Foi levada em consideração a porcentagem de participação destes principais gastos com relação à despesa total de cada município. E cada gasto foi subdividido em três esferas: por população, por PIB e por região.

Para a primeira subdivisão, tamanho da população, constata-se que para os municípios com populações maiores os gastos convergem ao longo do tempo e para aqueles com populações média ou baixa os dados são divergentes. Sendo assim, os planejamentos que levam em conta o tamanho da população seriam mais eficientes para municípios com grandes populações.

Para o tamanho do PIB os dados são muito divergentes tanto para Assistência e Previdência quanto para Habitação e Urbanismo. Para Educação e Cultura os dados possuem comportamento constante. E para Saúde e Saneamento, quanto maior e menor o PIB do município, maior será a convergência dos dados. Tendo isso em vista, uma política fiscal que levasse em conta o PIB não seria eficaz ao planejar gastos para Assistência e Previdência e Habitação e Urbanismo. Já para Educação e Cultura seria uma boa maneira de prever os dispêndios. Assim como o seria para Saúde e Saneamento, porém levando em conta o tamanho do PIB. Se o PIB for intermediário, os planejamentos dos gastos com Saúde e Saneamento seriam menos efetivos.

Para o último subgrupo, onde a divisão é feita por região, existem situações bem diferentes umas das outras. Para Assistência e Previdência há forte evidência de convergência dos dados e, além disso, as capitais do Sudeste possuem comportamento cíclico, o que pode evidenciar o conceito de ciclo político. Dessa

forma, planejar os gastos com Assistência e Previdência levando em consideração a posição geográfica poderia ser eficiente. Já para Habitação e Urbanismo a situação é oposta, não há padrão de convergência ou outro qualquer, impossibilitando um planejamento com previsões acertadas. Em Educação e Cultura e Saúde e Saneamento a situação é parecida: há forte evidência de convergência de dados. Porém para Educação e Cultura a região Norte não se enquadra neste padrão de convergência. E para Saúde e Saneamento a situação adversa é a mesma, porém para o Nordeste.

Após isso, a região Norte não teria resultados ótimos ao planejar seus gastos com Educação e Cultura se levasse em consideração as médias de sua região. E o Nordeste não maximizaria seus resultados ao projetar gastos com Saúde e Saneamento ao levar em conta as médias da região.

Ao mesmo tempo a análise aponta o comportamento cíclico de vários municípios para diferentes tipos de gasto. Tal característica pode evidenciar a existência de ciclos políticos numa economia, que é quando os gastos aumentam e diminuem em curtos períodos de tempo, sem que se mantenha um padrão, ou que se siga uma média.

Com os dados extraídos, análise feita e constatações alcançadas aparece uma lacuna para futuros estudos, com o intuito de buscar situações ótimas de planejamento para os gastos do governo. Tal busca levaria em conta os principais resultados encontrados neste trabalho e também as duas frentes teóricas utilizadas como embasamento para o mesmo. Dessa forma os recursos poderiam ser alocados de melhor maneira e o bem-estar da população seria potencializado.

Referências

- ALESINA, A. (1987). "**Macroeconomic policy in a two-party system as a repeated game**", Quarterly Journal of Economics 102, pp. 651-78.
- ASCHAUER, D. **Is public expenditure productive?** Journal of Monetary Economics, v. 23, p. 177-200, 1989.
- ASCHAUER, D.; GREENWOOD, J. **Macroeconomic effects of fiscal policy.** Carnegie-Rochester Series on Public Policy, v. 23, p. 91-138, 1985.
- BACKUS, D. & DRIFFILL, J. (1985). "**Inflation and reputation**", American Economic Review 75, pp. 320-3.
- BARRO, R.J. & GORDON (1983). **Rules, discretion, and reputation in a model of monetary policy**", Journal of Monetary Economics 12, pp. 101-22.
- BARRO, R. J. **Government spending in a simple model of endogenous growth.** Journal of Political Economy, v. 98, p. 103-125, 1990.
- _____. **Economic growth in a cross-section of countries.** The Quarterly Journal of Economics 106, p. 407-444, 1991.
- BECK, N. (1982). "**Parties, administrations and American macroeconomic outcomes**", American Political Science Review 26, pp. 83-94.
- CÂNDIDO JR., J. **Os gastos públicos no Brasil são produtivos?** IPEA, 2001. (Texto para Discussão no. 781).
- CANZONERI, M.B. (1985). "**Monetary policy game and the role of private information**", American Economic Association Papers and Proceedings 76, pp. 71-4.
- Chen, B.-L. (2006). **Economic growth with an optimal public spending composition.** Oxford Economic Papers, 58:123–136.
- COHEN, Y. (1985). "**The impact of bureaucratic-authoritarian rule on economic growth**", Comparative Political Studies 18, pp. 123-36.

CUIKERMAN, A. & MELTZER, A.H. (1986). “**A theory of ambiguity, credibility, and inflation under discretion and asymmetric information**”, *Econometrica* 54, pp. 1099-128.

DEVARAJAN, S.; SWARROP, V.; ZOU, H. **The composition of public expenditure and economic growth**. *Journal of Monetary Economics*, v. 37, p. 313-344, 1996.

_____. **Economic growth in a cross-section of countries**. *The Quarterly Journal of Economics* 106, p. 407-444, 1991.

DOWNS, A. (1957). **An economic theory of democracy**. New York: Harper and Row

EASTERLY, W.; REBELO, S. **Fiscal policy and economic growth: an empirical investigation**. *Journal of Monetary Economics*, v. 32, p. 417-458, 1993.

EASTERLY, W.; REBELO, S. **Fiscal policy and economic growth: an empirical investigation**. *Journal of Monetary Economics*, n.32, p. 417-458, 1993.

FERREIRA, P. C. **Investimento em infra-estrutura no Brasil: fatos estilizados e relações de longo prazo**. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 26, n. 2, p. 231-252, 1996.

_____.; MALLIAGROS, T. G. **Impactos produtivos da infra-estrutura no Brasil – 1950/95**. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 28 n. 2, p. 315-338, 1998.

FINBRA - TESOURO NACIONAL (Brasil). **Estados e municípios**. Brasília, DF, [2012]. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt_PT/contas-anuais>. Acesso em: 28 de Outubro de 2015.

FREY, B.S. & SCHNEIDER, F. (1978). “**An empirical study of politic-economic interation in the United States**”, *Review of Economics and Statistics*, maio, pp. 174-83.

GRIER, K.; TULLOCK, G. **An empirical analysis of cross-national economic growth, 1951-1980**. *Journal of Monetary Economics*, v. 24, p. 259-276, 1989.

GUPTA, S., CLEMENTS, B., BALDACCI, E., & MULAS-GRANADOS, C. (2005). **Fiscal policy, expenditure composition, and growth in low-income countries**. *Journal of International Money and Finance*, 24:441–463.

HAYNES, S. & STONES, J. (1989). **“An integrated test for electoral cycles in US economy”**, Review of Economics and Statistics, agosto, pp. 426-34.

HERRERA, S.; BLANCO, F. **The quality of fiscal adjustment and the long run growth impact of fiscal policy in Brazil**. 2004. Mimeo.

HIBBS Jr., A.D. (1977). **“Political parties and macroeconomic policy”**, American Political Science Review 71, pp. 1467-97.

HOLTZ-EAKIN, D. **Public-sector capital and the productivity puzzle**. Syracuse, NY: Syracuse University, 1991. Mimeo.

IBGE. **Estimativas populacionais para os municípios brasileiros em 01.07.2012**. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2012/>>. Acesso em: 28 de Outubro de 2015.

IBGE. **Produto interno bruto dos municípios**. [S.l.], [2012]. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2012/>>. Acesso em: 28 de Outubro de 2015.

IPEADATA. **Banco de dados**. [S.l.], [2012]. Disponível em:

<www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 28 de Outubro de 2015.

KEY Jr., V.O. (1996). **The responsible electorate**. Cambridge, MA: Belknap.

KIRSCHEN, E.S. et al. (1964). **Economic policy in our time, vol. 1**. Amsterdã: North-Holland.

KNELLER, R.; BLEANEY, M. F.; GEMMELL, N. **Fiscal policy and growth:**

evidence from OECD countries. Journal of Public Economics, v. 74, p. 171-190, 1999.

KORMENDI, R. C.; MEGUIRE, P. G. **Macroeconomic determinants of growth**.

Journal of Monetary Econometrics. v. 16, p. 141-163, 1985.

LANEY, L. & WILLET, T. (1983). **“Presidential politics, budget déficits and**

monetary policy in the United States: 1960-1976”, Public Choice 40, pp. 53-69.

LLEDÓ, V. D.; FERREIRA, P. C. **Crescimento endógeno, distribuição de renda e política fiscal: uma análise cross-section para os Estados brasileiros**.

Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 27 n. 1, p. 41- 70, 1997.

MacRAE, D (1977). **“A political model of business cycle”**, Journal of Political Economy 85, pp. 239-64.

MAZONI, M. G. **Gastos públicos e crescimento econômico no Brasil: análise dos impactos dos gastos com custeio e investimento**. Dissertação (Mestrado) – FEA/USP, São Paulo, 2005.

McCALLUM, B. (1978). **“The political business cycle: an empirical test”**, Southern Journal of Economics 44, pp. 504-15.

MORRISON, C.; SCHWARTZ, A. E. **State infrastructure and productive performance**. Medford, MA: Tufts University, 1991. Mimeo.

NORDHAUS, W. (1975). **“The political business cycle”**, Review of Economic Studies 42, pp. 169-90.

PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **PPA**. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planejamento-e-investimentos/plano-plurianual>>. Acesso em: 28 de Outubro de 2015.

ROCHA, C .H.; TEIXEIRA, J. R. **Complementaridade versus substituição entre investimento público e privado na economia brasileira: 1965-1990**. Revista Brasileira de Economia, v. 50, n. 3, p. 378-384, 1996.

PREUSSLER, A. P. S. **Um Estudo Empírico dos Ciclos Políticos-Econômicos no Brasil. 2001. 102 p. Dissertação (Mestrado em Economia)** – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

PRZEWORSKI, A. & LIMONGI, F. (1993). **“Regimes políticos e crescimento econômico”**, Novos Estudos CEBRAP 37, pp. 174-189.

RAO, V. (1984-85). **“Democracy and economic development”**, Studies in Comparative International Development, vol XIX, 4, pp. 67-81.

ROGOFF, K. (1987). **“Reputational constraints on monetary policy”**. In BRUNNER, K. & MELTZER, A. (orgs.). Bubbles and other essays, pp. 141-82. Amsterdã: North-Holland.

ROGOFF, K. & SIBBERT, A. (1988). **“Elections and macroeconomic policy cycles”**, Review of Economic Studies 55, pp. 1-16.

SARGENT, T.L. & WALLACE, N. (1975). "**Rational expectations, the optimal monetary instrument, and the optimal Money supply rule**", Journal of Political Economy 83, pp. 241-54.

SHEFFRIN, S.M. (1989). "**Strategic models of policymaking**". In SHEFFRIN, S.M. The making of economic policy. History, theory politics. Cambridge, MA e Oxford, Inglaterra: Blackwell.

SOARES, G. & SILVA, N. (1989). "**Regime político e crescimento econômico no Brasil, 1945-1984**", Revista de Ciências Sociais 1, pp. 125-139.

SUMMERS, R.; HESTON, A. **A new set of international comparisons of real product and price levels. Estimates for 130 countries**. Review of Income and Wealth, v. 34, p. 1-25, 1988.

TUFTE, E. (1978). **Political control of the economy**. Princenton, Nova Jersey: Princenton University Press.